

## 450ª Reunião Ordinária do CONSEMA

**00:05:38 Naiana Lanza:** Bom dia a todos e a todas que nos acompanham. Bom dia, Jônatas, bom dia conselheiros e conselheiras e demais amigos que nos acompanham presencialmente e pela internet. Tendo sido verificado o quórum da reunião, a mesa declara aberto os trabalhos da Reunião Ordinária número 450, do Plenário do CONSEMA, que tem pauta conhecida, distribuída no prazo regimental a todos e a todas. Informo ainda que a transmissão ao vivo desta reunião pode ser acessada no YouTube da Secretaria, na página “@semilsp”, e que a plenária ocorre na sala de reuniões do CONSEMA, o plenário Professor Paulo Nogueira Neto, e também por meio virtual através de videoconferência. Então, em continuidade ao expediente preliminar, passamos então à aprovação da ata da Reunião Ordinária número 449 do Plenário do CONSEMA, distribuída junto à convocatória aos conselheiros e conselheiras, razão pela qual eu peço ao plenário que se dispense a leitura. Alguém tem alguma consideração em relação à ata ou podemos considerar aprovada? Nenhuma manifestação aqui online, nem no plenário, no presencial, então, fica, portanto, aprovada a ata da Reunião Ordinária número 449. Passo então a palavra agora ao senhor subsecretário de Meio Ambiente da SEMIL, o senhor Jônatas Trindade, para fazer o uso da palavra. Por favor, senhor secretário.

**00:07:24 Jônatas Trindade:** Bom dia, pessoal. Hoje o pessoal fugiu da presencial, né? Boa parte está online, mas vamos lá. São Paulo apresentou a Estratégia Estadual de Bioeconomia em evento com o MMA, o Ministério do Meio Ambiente realizou aqui em São Paulo um evento para coletar subsídios ao Plano Nacional de Bioeconomia, e nessa oportunidade, São Paulo pôde apresentar um pouco da estratégia que está trabalhando. A nossa ideia é formalizar, por meio do Decreto, o Plano Estratégico Estadual da Bioeconomia e fomentar, estimular essa agenda de uma forma bastante horizontalizada no sentido de envolver outras secretarias de estado, e contar com a participação da sociedade civil. São Paulo também lançou recentemente um Decreto sobre restauração com crédito de carbono e biodiversidade. Na verdade, é um Decreto que trata de Pagamento por Serviços Ambientais e associa crédito de carbono e biodiversidade. Uma inovação que tem gerado a movimentação de todos. A gente também lançou um chamamento, aí eu peço, depois, para o Rodrigo entrar em maiores detalhes, com o objetivo de captar projetos de restauração para as Unidades de Conservação, tanto de restauração como de conservação de unidades produtivas e de conservação. Além disso, nós conseguimos lançar um curso EAD gratuito para capacitação em mudanças climáticas. Esse curso foi trabalhado com o governo federal, também com o Ministério do Meio Ambiente e a Escola Nacional de Administração Pública, ENAP. Está disponibilizado na plataforma da ENAP, e ele é um curso que auxilia os municípios a prepararem seu Plano de Adaptação e Resiliência Climática. É gratuito e disponível a todos que queiram fazer esse curso. Além disso, nós divulgamos a nossa agenda do Summit, e aí a gente faz, novamente, reitera o convite a todos os conselheiros e conselheiras para que participem do Summit, acho que vai ser uma agenda bastante rica nos dias 4 e 5 de novembro, e esperamos a participação de todos. E associado ao Summit, recentemente nós lançamos uma abertura de inscrições para o voluntariado do Summit, abrindo oportunidade principalmente para universitários que se interessem, vai ter uma capacitação desses participantes, para aprender um pouco da agenda ambiental, e ter um viés de abertura dessa agenda para a comunidade acadêmica. Além disso, nós abrimos, havíamos aberto um chamamento do Programa de Castração em São Paulo, o resultado esperado para publicação hoje, eu não consegui acompanhar o Diário Oficial para saber se ele foi

efetivamente publicado, mas é um resultado da candidatura, com a avaliação daqueles que candidataram, dos municípios que candidataram a receber o Programa de Castração em seu município. Aí vai ser feito esse ranking, essa classificação dos municípios, de acordo com os critérios definidos no chamamento, e com esse chamamento, a gente vai, dentro das disponibilidades orçamentárias, atender esses municípios com ação de castração. Mas isso vai ser informado, devidamente pactuado com os municípios. Nós estamos na fase final de contratação das empresas que vão realizar esse serviço de castração nos municípios e, em breve, até o final do mês, acreditamos que possamos começar esse trabalho de castração. Em relação a recursos hídricos de saneamento básico, São Paulo realizou, na Barragem de Pirapora, retirou mais de 500 mil m<sup>3</sup> de resíduos. Além disso, as obras do FEHIDRO em Mairiporã vão auxiliar na mitigação de enchentes e ampliação da capacidade do reservatório da cidade. Foram entregues também duas novas Estações de Tratamento de Esgoto em Guarulhos. São Paulo foi destaque na imprensa, é a única cidade brasileira a reduzir tarifas de água, compromisso feito no processo de desestatização da Sabesp. O nosso Conselho Estadual de Recursos Hídricos também aprovou repasse de 500 mil para 21 Comitês de Bacias, isso é bastante recente. São Paulo também reforçou o programa de combate a enchentes com novo reservatório em Franco da Rocha. E o governo também vai financiar projetos de drenagem e resíduos sólidos com taxas e juros zero. Então é importante, os municípios que participam do Universaliza, aqueles que se interessam em fortalecer essa agenda nos municípios, que existe essa disponibilidade de crédito para captação a taxas e juros zero. O Governo de São Paulo entregou também uma embarcação modernizada em Cananéia e reforça investimentos. Então, a gente tem feito um trabalho forte, de atualização e reforma dessas embarcações para atendimento aos usuários. E o governo de São Paulo também realizou o primeiro Fórum do Plano de Logística lá no Vale do Ribeira, a subsecretaria de logística tem feito essa discussão de aprimoramento do Plano de Logística do Estado de São Paulo. E por fim, o governo de São Paulo inaugurou um laboratório de hidrogênio, com objetivo de avançar nessa agenda de hidrogênio para diversos usos do hidrogênio, em especial para abastecimento veicular, para veículos de uma forma geral. Era isso, Naiana.

**00:13:40 Naiana Lanza:** Muito obrigada, secretário. Então, eu passo agora aos informes da Secretaria Executiva de forma bem breve. Primeiramente, eu gostaria, aqui, de fazer um pedido. Nós temos recebido, a Secretaria Executiva tem recebido alguns pedidos por parte dos conselheiros, de contatos dos demais conselheiros. Então, eu gostaria aqui de pedir autorização para todos, para a gente fazer esse compartilhamento de uma planilha com os e-mails de todos os conselheiros para que, se precisar ter essa comunicação entre vocês, isso fique facilitado. Alguém teria alguma objeção em relação a isso ou a gente pode seguir dessa maneira? Uma coisa bem simples, na verdade. Então, nenhuma manifestação, então a gente vai mandar para vocês essa planilha com o contato de todos os conselheiros e conselheiras para facilitar a comunicação entre vocês. Só e-mail. Daí precisando, manda o e-mail, pede o telefone do celular e faz esse contato mais próximo. Além disso, eu queria informar também que nós temos essa semana, amanhã, a realização de uma audiência pública que debaterá o EIA RIMA do Empreendimento CDR Pedreira, Centro de Disposição de Resíduos, que será realizada às 17 horas no município de São Paulo. Aproveito aqui também para agradecer, apesar do Crepaldi não estar aqui hoje conosco, na semana passada também nós tivemos uma série de audiências públicas e o conselheiro Crepaldi participou da última audiência realizada em Itararé, então, gostaria também de agradecer a presença do conselheiro. Hoje, então, acho que a gente pode seguir na pauta, então a gente

passa agora aos 30 minutos de fala dividido entre os conselheiros e conselheiras. Antecipadamente, eu vou pedir a gentileza de todo mundo ser bem breve nas falas para a gente se otimizar, porque hoje a gente tem uma pauta bem robusta, temos bastantes itens de pauta. Então, eu já, antecipadamente, solicito essa gentileza a todos os conselheiros e conselheiras. Então vamos ver aqui quem são as pessoas inscritas aqui no plenário e posteriormente as pessoas online. Então, por favor, Victorino, Leduc, Lara, Beatriz. Então, aqui no plenário temos o Victorino, o Leduc, a Lara e a Beatriz. Rodrigo vai querer fazer uso da palavra? Rodrigo. OK. Então, verificar aqui online. Online temos somente o conselheiro Paulo do Rego. Então iniciamos, por favor, conselheiro Victorino, fica à vontade.

**00:16:39 Eduardo Victorino:** Bom dia a todos. Bom dia, nosso secretário Jônatas. Fazer um agradecimento a Natália Resende e também ao nosso governador, Tarcísio de Freitas. Estiveram na região norte inaugurando o piscinão de Franco da Rocha, importantíssimo para nossa enchente da região. Francisco Morato, a entrega da ligação da estrada Morato - Franco da Rocha, importantíssima também. E em Mariporã, a estrada da Caceia, que é uma alternativa para a SP 23, e também a ETE lá de Terra Preta. Finalmente Terra Preta, Mairiporã vai ter o seu tratamento de esgoto, que é um desafio grande para nosso município, nossa região. Então, fica aqui o meu agradecimento à Natália Resende e ao nosso governador Tarcísio de Freitas pela visita que fez à região norte. Muito obrigado.

**00:17:34 Naiana Lanza:** Obrigada, conselheiro. Passamos então a palavra agora ao conselheiro Eduardo Leduc. Tudo bem, sem problemas. Paulo, por favor, então, se quiser já fazer o uso da palavra, a gente já aproveita.

**00:17:56 Paulo do Rego:** Agradeço a abertura aqui. No primeiro momento, eu queria fazer um agradecimento ao secretário Jônatas e toda a equipe da SEMIL, que nos atenderam no quesito sobre a discussão sobre as normativas de soltura de pássaros. Fomos recebidos com muita clareza, com muita abertura. Foi um momento muito importante, porque nós colocamos todos os segmentos, desde os centros de soltura, os CRAS, e as instituições que fazem o cadastro, na mesma mesa que a SEMIL, e a gente teve um início de diálogo muito frutífero. Então eu assumi o compromisso de vir aqui agradecer publicamente essa reunião e o faço agora porque acho que é esse o caminho que o ambientalismo, junto com todos os demais membros da sociedade civil, tem como obrigação, e o governo, de trazer um diálogo aberto, franco e construtivo. Um segundo tema que eu trago aqui é um pedido até de esclarecimento no que se diz respeito às bases georreferenciadas. O Trani, ano passado, acho que foi ano passado, trouxe aqui que seria disponibilizado as imagens em alta resolução que foram inicialmente testadas no litoral, e a gente, pelo menos, eu não tenho tido condição de ver no Datageo essas imagens ainda disponibilizadas para que a gente possa fazer esse monitoramento em tempo real do que acontece em todo o território do Estado de São Paulo. Então, é mais um pedido de saber se já está em fase adiantada de deliberação, de disponibilização dessas imagens, para que a sociedade civil possa ter um maior controle do território paulista. Obrigado.

**00:20:17 Naiana Lanza:** Obrigada, conselheiro. Passo então agora a palavra ao senhor Leduc.

**00:20:21 Eduardo Leduc:** Obrigado. Bom dia a todos. Novamente pegando carona no que o Paulo falou, agradecer o senhor Jônatas e toda a equipe responsável internamente também

por toda a parte de solturas de animais silvestres e aves silvestres. Mas assim, foi unânime, nós éramos ali em sete pessoas, representando todos os elos do processo de soltura, CETRAS, a soltura em si, sociedade civil, gestores de áreas de solturas e assim, mas unânime a percepção foi pela receptividade, pela abertura, pela transparência da Secretaria e assim, posso até usar a palavra, o que comoveu todo mundo é o seu interesse genuíno em ouvir e buscar otimização no processo. Então, realmente, todo mundo ficou super motivado com essa abertura e aguardamos a reunião que o senhor Jônatas também já terminou dando a tarefa interna de ver o que pode ser atendido daquilo lá, e com muita transparência. Então, ficamos nesse aguardo, mas muito obrigado. O segundo tema, é que nós já nos pronunciamos aqui como sociedade civil há uns seis meses atrás sobre a duplicação, possível duplicação, melhorias de infraestrutura, rodovias entre ali o Litoral Norte até Ubatuba, desde lá de Bertioga até Ubatuba. No início do ano surgiu um vídeo falando da duplicação do trecho Caragua-Ubatuba, que depois a gente entendeu que foi precipitado, não havia nem projeto de duplicação aprovado aqui e nem o estudo de duplicação ainda muito inicial, e já saiu um vídeo. Bom, e agora, de novo, se fala em várias alternativas, mas assim, está gerando um desconforto muito grande entre sociedade civil, entre políticos da região que não sabem realmente o que está acontecendo. Existe a preocupação que estará passando essa duplicação beira da praia, no meio das casas, uma rodovia de alta velocidade. Existem outros que sugerem que passe pelo meio da serra, como foi o outro trecho. Ou seja, na minha visão, bem desnecessária essa discussão da forma que está acontecendo. Muitas críticas de todo lado e ninguém sabe exatamente onde estamos, se existe realmente um processo de duplicação ou não, se vai ser só uma melhoria de fluxo com algumas intervenções. Então, a minha sugestão aqui seria que vocês pusessem uma clareza nisso para que todos aguardassem o momento certo para que a sociedade seja envolvida, comunidades de pescadores, e que existe também em algumas dessas localidades, simplesmente a transparência de onde estamos no processo e evitar essas especulações e críticas desnecessárias do meu ponto de vista. Obrigado.

**00:23:17 Naiana Lanza:** Obrigada, conselheiro. Passo agora a palavra à senhora Lara, por favor.

**00:23:26 Lara Carolina Chacon Costa:** Bom dia a todos e todas. Queria reforçar a mensagem que o Jônatas passou. Então, nós estamos com as inscrições abertas para o programa de voluntariado do Summit. Então, a ideia é captar especialmente estudantes universitários das áreas de meio ambiente para trabalhar nesse evento. A gente vai oferecer uma capacitação aqui dentro da SEMIL, eles vão ter os custos de transporte e alimentação também pagos e a ideia é desenvolver habilidades do trabalho, conhecer a Secretaria, conhecer um pouco mais também, poder participar do evento. E queria aproveitar para divulgar a agenda, que a gente está essa semana no portal, que está bem intensa. Hoje, às 14 horas, a gente tem um participe sobre Política Municipal de Agricultura Urbana e Periurbana, que resultou de um trabalho que a CAT fez com várias secretarias de uma formação. A Dea participou, e agora a gente está replicando isso. Amanhã, no dia 23, também às 14 horas, a gente tem uma formação do PMVA, do Programa Município Verde Azul, em parceria com a DPLA, promovendo o desenvolvimento sustentável. É a segunda aula, a gente fazendo um ciclo de formações dentro dessa temática. E na sexta-feira, às 14 horas também, a gente tem o Participe de Experiências Municipais de Agricultura Urbana e Periurbana apresentando os estudos de caso que foram feitos. Então, o portal está bem movimentado.

Convido a todos a participar e assistir o programa. É um fórum online, vocês podem enviar perguntas, a equipe vai respondendo. É isso, obrigada.

**00:24:50 Naiana Lanza:** Obrigada, Lara. Na sequência, Beatriz.

**00:24:55 Beatriz Santos Caio:** Olá, bom dia a todas e todos. Também nessa de fazer divulgação, eu gostaria de falar que as inscrições para o Programa de Capacitação de Municípios sobre o Zoneamento Ecológico Econômico estão abertas e, para participar, é preciso preencher um formulário que está disponível no portal do ZEE. Então, vale lembrar que esse curso é voltado a técnicos das administrações municipais e tem foco nas Zonas 4 e 5 do estado de São Paulo. A Zona 4 abrange a região administrativa de Itapeva e Sorocaba, enquanto que a Zona 5 é sobre a região administrativa de Campinas. Esse curso começou a ser praticado em 2023, até o Victorino já participou junto com a equipe de Mairiporã e, desde 2023, mais de 300 técnicos já participaram, de quase 200 municípios. E a maioria desses encontros, foram 14 encontros até agora, a maioria foi tudo presencial, mas a pedido dos técnicos dos municípios que tinham uma certa dificuldade de deslocamento, os cursos agora estão sendo feitos no formato online. Então, no dia 19 vai ser o curso online e as inscrições estão abertas. É isso, gente.

**00:26:22 Naiana Lanza:** Obrigada, conselheira. Passo a palavra agora ao conselheiro Rodrigo.

**00:26:30 Rodrigo Levkovicz:** Bom dia a todos. Bom dia, Jônatas. Complementando só, a gente falou na oportunidade passada, mas é bom comemorar e divulgar, porque em tempos de valorização das carreiras, a gente teve um evento com a implantação do Plano de Empregos, Cargos e Salários da Fundação. Quero ressaltar isso, agradecer mais uma vez o apoio da secretária Natália, do subsecretário Jônatas e, em última instância do governador. 40 anos sem plano de empregos na Fundação Florestal, salários muito defasados e a gente fica ouvindo de ter que ter valorização das áreas ambientais, e fico feliz de saber que o discurso aqui em São Paulo virou prática. Então, fazer esse registro, nada mais justo, porque é um pessoal que trabalha muito forte e que segurou a onda com salários bem defasados durante muito tempo. Então, queria fazer esse reconhecimento, esse agradecimento. Em relação ao Projeto de Carbono, a gente está com um programa de PSA, vamos trabalhar duas vertentes: a conservação, mas olhando para a possível geração de Red Mais; e a restauração, considerando o **ARR, na metodologia Verra (00:27:52 ininteligível)**, mas existem outras, assim como créditos de biodiversidade e outros ativos ambientais. E serviços ambientais, eles são prestados pelo interessado, tem um prazo de 40 a 100 anos, a gente está fazendo uma consulta pública para que isso seja apresentado. E a forma de remuneração é pela cessão do direito de geração e comercialização dos créditos. Então, a gente tem recebido várias contribuições de interessados, ao total já umas 15 contribuições, que a gente agradece, e a gente convida os conselheiros a compartilharem essa informação e, eventualmente, quem tem interesse de entrar nesse projeto, a gente está à disposição para conversar. Obrigado.

**00:28:34 Naiana Lanza:** Bom, muito obrigada, conselheiro. Passo a palavra então agora ao subsecretário para fazer as suas considerações.



**00:28:43 Jônatas Trindade:** Hoje vão ser vão ser rápidas as minhas considerações. Agradecer o reconhecimento, e eu acho que é isso, tanto Paulo e Leduc, a gente tem o propósito de melhorar o trabalho e conta muito com o apoio de vocês. E que bom que vocês movimentaram a cadeia toda, todos os elos desse trabalho que é tão importante para a gente. E pode ter certeza que daqui há um tempo a gente vai ter um trabalho, uma prestação de serviço melhor, eu tenho certeza disso. E muito pela certeza de que a gente vai poder contar com vocês nessa construção, a gente não vai fazer isso sozinho. Nós vamos trabalhar internamente, mas discutir isso com vocês para ter o melhor caminho, entendendo o que a gente consegue viabilizar de uma forma mais automatizada, de uma forma mais célere e de uma forma que traga segurança técnica também. Acho que isso é importante e que bom que essa reunião foi tão produtiva, realmente vocês conseguiram trazer à luz os problemas que têm sido identificados, que muitas vezes a gente não percebe, ou pelo menos na gestão é difícil, que a gente não no operacional, enxergar alguns pontos, e na prática, quando vocês trazem, a gente consegue traçar os caminhos para poder melhorar toda essa parte realmente do trabalho de fortalecimento da rede de soltura de animais silvestres aqui no estado de São Paulo. Em relação à questão da duplicação, eu não tenho conhecimento desse projeto, a Mayla também está falando que não tem nada registrado na CETESB. A gente pode buscar informações com o pessoal de logística para poder entender se tem algum projeto, se tem algo sendo trabalhado nesse sentido, e trazer, numa próxima reunião, dando essa devolutiva, ou no meio daqui da reunião, ver se eles respondem alguma coisa. Eu posso mandar um WhatsApp aqui e provocá-los, tá bom? Reforçar a fala da Lara no sentido de que os cursos estão disponíveis e a gente tem fomentado muito essa agenda de educação ambiental, tanto a formal como informal, entendendo que a educação ambiental tem um papel muito importante na formação das pessoas. Falar para o Victorino que a gente está à disposição o tempo todo para construir essa agenda junto com todos os municípios, isso, acho que é super importante. O desafio é: como é que a gente trabalha, considerando o quantitativo de municípios, 645 municípios no estado de São Paulo, numa agenda que considere o Sistema Ambiental, que não é algo simples, mas vamos ver como é que a gente consegue avançar nessa agenda. Reforçar também a fala da Beatriz, em questão dos cursos. O Zoneamento, como uma ferramenta super importante, que com certeza fortalece a agenda ambiental municipal. E para finalizar, agradecer o Rodrigo pelo trabalho que tem feito à frente da Fundação. A proposta de estruturação da carreira só veio muito pelo trabalho feito internamente da Fundação. E logicamente, nós abraçamos a proposta por entender necessário a valorização desses servidores. Fundamental, porque a equipe é muito boa, não tem nem o que falar, Rodrigo, só elogiar o trabalho da equipe técnica da Fundação, e muito mais do que merecido, sempre é bom e importante valorizar não só do ponto de vista salarial, mas do ponto de vista de outros aspectos como capacitação, nessa disponibilidade que eu acho que a gestão tem de conversar com todos os técnicos para a construção da agenda ambiental aqui no estado de São Paulo. Era isso.

**00:32:41 Naiana Lanza:** Obrigada, subsecretário. Bom, então agora vamos entrar na ordem do dia. A ordem do dia hoje é muito voltada a devolutiva de muitas questões que foram levantadas na última plenária. Então, só trazer esse contexto. Então, temos como primeiro ponto de pauta da ordem do dia a oitiva sobre a proposta de retificação dos limites da porção norte da Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais do Rio Guaió, constante do anteprojeto de lei específica. Eu convido a fazer o uso da palavra o senhor Mangabeira, da Diretoria de Recursos Hídricos, da Subsecretaria de Recursos Hídricos e Saneamento Básico da SEMIL, que fará a sua apresentação. Mangabeira, seja bem-vindo ao plenário do

CONSEMA. Todos os documentos referentes a essa temática foram enviados previamente aos senhores e senhoras.

**00:34:11 Ricardo Luiz Mangabeira:** Olá, pessoal. Bom dia conselheiros presentes, subsecretário, colegas que nos acompanham de forma online. Eu atuo na diretoria de recursos hídricos, sou coordenador da CTPLAN, que é a Câmara Técnica de Planejamento, analisou esse material. Ele já é do conhecimento aqui dos conselheiros. vocês já se manifestaram sobre a proposta de APRM do Rio Guaió, e acho que uma breve contextualização para dizer o porquê estamos aqui, e o material foi encaminhado para vocês. Tivemos uma reunião no Conselho Estadual de Recursos Hídricos, dia 01/10. Aprovamos a proposta de APRM do Rio Guaió, Cabuçu - Tanque Grande, entretanto, ficou uma manifestação solicitada pelos conselheiros. A consultoria jurídica também posicionou dessa forma, dizendo que o CONSEMA deveria se manifestar sobre essa retificação específica, sobre o trecho aqui do Guaió, e também o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana. Então, é por esse motivo que estamos aqui, dar um retorno aqui para vocês e conseguir aqui uma manifestação para que esse processo avance. Eu vou contextualizar rapidinho, para quem está se aproximando do assunto agora, mas isso, como eu comentei, já é do conhecimento de vocês sobre essa proposta. Essa questão de proteção de mananciais, isso iniciou lá em 75, 76, com as leis 898 e 1.172, disciplinam questões de uso do solo e proteção de mananciais. E, como vocês podem observar no mapa, a gente tem vários momentos onde a gente foi evoluindo as legislações sobre proteção de mananciais. Tivemos a lei 9866, que define diretrizes para mananciais. Depois tivemos a APRM da Guarapiranga, Alto Juquiá - São Lourenço, Billings, Alto Tietê. Tivemos em 2017 os PDPAS, que são os Planos de Desenvolvimento, Proteção e Desenvolvimento dos Mananciais, e aí começa a tramitação referente aos documentos do Guaió. O Comitê do Alto Tietê analisou esse material desde 2018 até 2025, que resultou nessa proposta que foi aprovada no CRH e também passou aqui pelo CONSEMA. O que ocorre é que a prefeitura de Ferraz de Vasconcelos, lá pelo ano de 2023, notou que a delimitação que estava sendo utilizada no PDPA de 2017 tinha algumas imperfeições, precisava ser aprimorada. E o que acontece é que o divisor de águas estava sendo marcado no mapa do PDPA de forma errada e, tanto CETESB, órgãos do Estado, utilizam o traçado, está em uso, inclusive a CETESB utiliza esse limite que consta da lei 1.172, de 1976. A consequência da gente não retificar é que o limite proposto do PDPA passa exatamente num limite ali da prefeitura, num terreno que é utilizado para um empreendimento da CDHU e inviabilizaria a construção de habitações de interesse social. Então, o divisor está exatamente nessa área da CDHU. Eu trouxe aqui um mapa para vocês, que também seguiu na nota técnica. O que está marcado em amarelo é exatamente esse terreno da CDHU, no município de Ferraz de Vasconcelos. O trecho em vermelho é o trecho que está do PDPA, e o divisor da bacia é onde está marcado com tracejado em azul. Então, a gente consegue ver que temos ali uma pequena diferença entre o limite vermelho, que está errado, sinalizado como divisor de águas da bacia, e o limite azul, que é o real limite que tem sido utilizado desde 1976 pelos órgãos oficiais do estado, prefeitura, inclusive CETESB. Bom, o CRH fez uma vistoria nesta extensão, está localizada na Avenida dos Autonomistas, então foi feita uma visita a esse trecho para verificar a topografia e se de fato os limites dos divisores de água estavam corretos ou não. Então, foi feita uma visita no trecho vermelho, onde os representantes do grupo passaram por toda essa extensão e fizeram observações que, de fato, o divisor de água está deslocado, e o que deve ser considerado é a lei 1.172, como já é conhecido e aplicado. Então, a gente tem alguns desdobramentos. Essa pequena alteração também foi notada nessa Avenida dos Autonomistas, para o

município de Poá e também para Ferraz de Vasconcelos, como eu mostrei no mapa. Aqui mostra exatamente o que está sendo solicitado, essa retificação. Então, o trecho que está marcado em amarelo, mais no alto do mapa, é exatamente a diferença do limite que está errado, e onde a gente está colocando a retificação, é o trecho lindeiro, as partes vermelha e rosa mais claro. Então, a gente está solicitando aqui a exclusão do trecho amarelo para a correção desse traçado. Já aproveito e dou o bom dia à secretária, e sigo aqui na minha apresentação sobre a retificação. Bom, esse é o trecho retificado que consta lá do mapa. Lembrando que no dia 1 de outubro a gente aprovou esse material no CRH, entretanto, o artigo 1º, no parágrafo 2º, colocou essa necessidade da gente ter uma manifestação exclusiva sobre essa retificação, lembrando que isso não altera o Zoneamento, mas é importante para a gente garantir que essa tramitação avance até a aprovação e promulgação da lei. Então, onde a gente está? A gente está exatamente nessa etapa. O CRH aprovou esse material e é necessário uma anuência, uma manifestação tanto do conselho do CONSEMA e do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana. Então, é por esse motivo que eu estou aqui fazendo essa apresentação para vocês. Fico à disposição para esclarecimentos. Estou aqui com os colegas Gilson, da CETESB, e Valburg do CBH Alto Tietê, que também conduziram esse processo junto a CTPLAN e Comitê de Bacia. Então ficamos à disposição sobre essa retificação proposta.

**00:41:40 Naiana Lanza:** Obrigada, Mangabeira, pela apresentação. Passo então a palavra agora aos conselheiros, aqueles que quiserem se manifestar, pedir algum esclarecimento, enfim, para então a gente passar para deliberação do plenário. No presencial, alguém gostaria de fazer algum comentário? Por favor, Leduc.

**00:42:04 Eduardo Leduc:** Só para entendimento, qual o real e impacto realmente dessa mudança, desse ajuste? Só para entender o que, na prática, significa isso em termos do manancial, em termos de água ou em termos de ambiente?

**00:42:18 Ricardo Luiz Mangabeira:** O impacto é de menos de 1 quilômetro quadrado. É um impacto não muito significativo em termos de território, mas a gente tem uma correção de um documento, que é o PDPA, que foi aprovado em 2017, que consta os divisores de água. Então, essa retificação, ela é importante para a gente corrigir esse documento que orienta o planejamento e a gente coloca a legislação que está em uso, sendo aplicada como a legislação que de fato deve ser observada. Vou passar a palavra para o Gilson, que pode me ajudar na explicação do que muda nessa retificação.

**00:42:58 Gilson Guimarães:** Bom dia, conselheiros, bom dia, secretária, bom dia, secretário. É o seguinte, Eduardo, na verdade a gente não tem um impacto negativo ou positivo, o que a gente tem é obediência à regra mestra da definição de uma área protegida, que é a bacia hidrográfica. Então, quando, em 76, foi feito o estudo, definiu-se a linha e, de fato, ela é a comieira, o divisor de água da bacia hidrográfica. E agora em 2018, quando foi refeito para a atualização, não temos explicação do porquê que a empresa contratada avançou em uma média de 200 metros o limite da comieira. O limite da comieira a gente não altera, ele está lá, é o relevo. Aí quando a prefeitura de Ferraz falou: "Olha pessoal, isso aqui deve ter um engano", a gente foi lá e viu que de fato a linha mestra da comieira do limite da bacia estava errada. Aí, a proposta aqui é retificar esse mapa que acompanha a minuta de lei que nós aprovamos aqui no CONSEMA e colocar o limite real da bacia. É isso.



**00:44:20 Naiana Lanza:** Bom, então seguimos aqui para a deliberação. Antes eu gostaria de desejar bom dia também para a secretária. Bom dia, secretária, seja bem-vinda. Por favor, desculpe, Victorino, eu não tinha visto. Por gentileza.

**00:44:35 Eduardo Victorino:** Bom dia, Natália. Tudo bem? É só um comentário que eu queria deixar registrado. Na sua fala final, você comentou sobre o Conselho de Desenvolvimento da Metrópole. Deixar registrado que a gente tem uma preocupação com esse conselho, que não se reunindo e que a gente precisa, depois que aprovado aqui, que eu acho que será, até pela explicação do Gilson agora, a gente precisa verificar como é que vai funcionar esse conselho do momento da metrópole, que não está se reunindo já faz muito tempo e a gente não pode ter um entrave num processo tão importante como esse que a gente aqui analisando hoje. Obrigado.

**00:45:14 Ricardo Luiz Mangabeira:** Só um esclarecimento, o material foi encaminhado para o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana. A gente tem conversado com o gabinete para até colocar esse assunto para reativar o conselho. Então, estamos articulando para que o conselho volte a trabalhar e dar resposta inclusive para esse assunto.

**00:45:33 Naiana Lanza:** Obrigada, Mangabeira. Então agora iremos aqui à votação. Então peço a atenção de todos. Então aqueles contrários à proposta de retificação do limite da porção norte da Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais do Rio Guaió, por favor, se manifestem. Ninguém contrário no plenário, nem online. Temos alguma abstenção? Não. Então foi aprovado por unanimidade. Muito obrigada, pessoal. Passamos então agora ao segundo item da pauta, que seria a apreciação de pedido de atribuição de tarefa à Comissão Temática para a revisão e atualização da deliberação normativa CONSEMA 1 de 2019, que versa sobre o Via Rápido Ambiental. Apenas trazendo um breve contexto sobre esse pedido, na última plenária, o conselheiro Andrés fez essa solicitação de incluir duas matérias às Comissões Temáticas, no caso, ele solicitou que fosse atribuída à Comissão Temática de Políticas Públicas. Na ocasião foi esclarecido as questões regimentais, por se tratar de pedido de revisão de norma. Então, foi necessário que o conselheiro apresentasse um requerimento formal para que a gente tivesse o acompanhamento de pelo menos um quarto do plenário em relação a esse pedido para ele ser aqui apreciado no plenário. Então, conforme foi combinado na última plenária, a gente compartilhou esse ofício do conselheiro Andrés entre todos os conselheiros e conselheiras e nós tivemos nove manifestações favoráveis a esse tema vir aqui para o plenário para a gente deliberar. Portanto, hoje a gente vai deliberar sobre isso. Então, para que a gente continue nessa temática, acho que eu passo a palavra para o conselheiro Andrés para que ele possa fazer as considerações dele em relação a esse pedido para, posteriormente, passar a palavra para os conselheiros para depois a gente ir para votação. Ok? Conselheiro Andrés, por favor, fique à vontade para fazer uso da palavra. Você nos ouve, conselheiro? Bom, o pessoal que está online está ouvindo? Sim. Bom, vamos abrir então a palavra aqui por enquanto aos demais conselheiros que queiram se manifestar e fazer as considerações sobre esse tema, até que o Andrés possa se manifestar. Alguém gostaria de se inscrever e fazer algum comentário sobre esse assunto? Ah, aqui acho que ele chegou. Perfeito. Oi, Andrés, eu fiz aqui a contextualização da pauta e eu peço agora você para fazer as suas considerações para, posteriormente, a gente passar para os conselheiros. Obrigada.

**00:48:58 Andrés Vernet:** Bom, bom dia, conselheiros, conselheiras, senhor secretário. Obrigado. Mais uma vez a gente queria pedir para vocês essa revisão dessa deliberação CONSEMA 01, de 19. Ela foi feita em 2019, logo após a SMA 45, que diz sobre a logística reversa. Só que nessa deliberação não foi considerado nenhum aspecto sobre logística reversa. A gente precisava rever esse ponto, precisava rever diversos pontos de supressão de vegetação, que existem várias denúncias, principalmente do litoral norte, o conselheiro Paulo, a ex-conselheira Gilda também trouxeram diversos questionamentos sobre isso, que se constata muitas irregularidades. Eles perdem essa supressão e quando vai ver eles desmataram 10, 15, 20 vezes mais do que a área permitida pela autorização. Então, precisava estabelecer critérios novos, ou junto à prefeitura, ou novas sugestões que possam vir dessa reunião, que a gente possa estabelecer melhores controles sobre isso. Outro aspecto sobre a logística reversa que a gente vê é que ela foi feita após a SMA 45, — (00:50:20 ininteligível), essa deliberação é somente sobre o CNAE e sobre a área construída. Mas hoje as empresas, é claro que se modernizaram de 2019 para cá, muitos anos passaram, muitas mudanças, reuniões online, escritórios, já não estão junto com as empresas. Então, a área da empresa diminuiu, não só a — (00:50:56 ininteligível) como a produtividade, as empresas estão mais produtivas, então não precisam mais de uma área extensa, — (00:51:05 ininteligível) alterações, atualização. Peço aos senhores conselheiros, que votem para que seja revista essa legislação, para seja modernizada e trazer mais eficiência e mais benefício para o meio ambiente. É isso. Agradeço e obrigado.

**00:51:35 Naiana Lanza:** Obrigada, conselheiro. Nós temos aqui online o senhor Paulo Nelson do Rego, que gostaria de fazer uso da palavra. Vamos ver se aqui no presencial tem mais alguém que gostaria de fazer algum comentário sobre esse pedido. Não. Então, por favor, Paulo Nelson, fique à vontade para fazer o uso da palavra.

**00:52:01 Paulo do Rego:** O uso da palavra no sentido de apoio à iniciativa do Andrés. Eu acho que é uma importância muito grande a gente ter na análise ambiental não só o tamanho da área, mas o verdadeiro impacto que ela causa. Muitas vezes a gente se depara com um licenciamento de alto impacto em uma área pequena, e que seria realmente de uma relevância muito grande de ser melhor analisado no processo de licenciamento, e que, às vezes nós temos uma área muito grande que nem precisaria de tanto impacto, porque são áreas de proteção em volta do empreendimento, que nem sempre sejam aquelas relevantes. Então, o licenciamento, nós entendemos que ele deve buscar justamente a análise e efetividade do impacto que ela causa. Nós não podemos ficar à mercê de só um parâmetro, às vezes, para uma liberação que pode ser muito impactante e, em outros momentos, você realmente gera um conforto desnecessário. Então a revisão, eu acho que é muito bem-vinda, a revisão proposta, e fica aqui o meu apoio formal.

**00:53:34 Naiana Lanza:** Leduc, por favor.

**00:53:36 Eduardo Leduc:** Bom, acredito que a gente está com dificuldade da comunicação, do pessoal online. A gente ouve aqui bem picado, e acho que prejudica um pouco. Eu me lembro bem que quando a gente discutiu isso na outra vez, para trazer aqui, o Andrés trouxe vários exemplos de Unidades que são pequenas hoje em dia, mas que tem um volume, seja de descarte, de resíduos ou de impacto, muito maior do que outras propriedades que são grandes, e a gente fica avaliando o impacto ambiental, nessa nessa normativa ali, relacionado ao tamanho da propriedade e não exatamente ao impacto. Então eu vejo com muito bons

olhos a sugestão de que se avalie e modernize. Eu acho que isso é um processo normal, dificilmente uma norma dura tanto tempo com a evolução que a gente está tendo de tecnologia e de formas de trabalho. Então, vejo com bons olhos que um grupo trabalhe, debruce e atualize aquilo que fizer sentido, inclusive compatibilize isso com outras legislações que já avançaram também, como os licenciamentos municipais, que também tem um outro papel do que tinham antes. Com relação à Via Rápida, ao negócio de supressão de vegetação, acho que já são centenas de casos, de preocupação com relação ao controle, ao mau uso da ferramenta, que também muda algumas coisas com mais municípios fazendo licenciamento, mas ali realmente, diria que é urgente e a gente conversa com pessoas de todos os elos envolvidos, desde a Polícia Ambiental, Fundação Florestal e todos reportam coisas semelhantes. Ali tinha uma licença, então você chega lá, a pessoa apresenta uma licença, mas era uma licença com uma documentação muito frágil e falava de área isolada, que na prática não eram, e as pessoas não conseguem, até a própria polícia tem dificuldade de autuar ou interromper um processo que a pessoa tinha uma licença numa Via Rápida e não tem muito como controle. Então eu acredito que, novamente, o que o André está trazendo não é ser contra, ele está querendo revisar parâmetros para que isto seja adequado, então, por isso também apoio plenamente a proposta dele.

**00:56:00 Naiana Lanza:** Perfeito. Antes da gente abrir para votação, então eu gostaria só de trazer uma consideração, porque o pedido foi de atribuição à Comissão Temática de Políticas Públicas. No entanto, a gente está falando de uma discussão a respeito de uma deliberação normativa do CONSEMA. Então, Nicolas, se puder projetar o arquivinho, o resumo das Comissões Temáticas, por favor. Eu trouxe aqui as atribuições bem singelas aqui, o que está previsto na nossa... Eu estou com um resuminho das Comissões Temáticas, não sei se vocês estão conseguindo ver. Então, a Comissão Temática Processante de Normatização, ela justamente, quais são as atribuições dela: normas destinadas a procedimentos e diretrizes da qualidade ambiental, pedidos de reconsideração, recursos especiais, normas sobre o funcionamento do conselho e sobre procedimentos de realização de audiências públicas e representação contra os conselheiros. E a Comissão Temática de Políticas Públicas, ela tem o objetivo de avaliar e acompanhar a execução de política estadual de meio ambiente, assim como avaliação e acompanhamento da execução da política estadual de mudanças climáticas e a avaliação e acompanhamento de normas e políticas relacionadas ao planejamento ambiental territorial. Então, diante dessa, isso está previsto na deliberação CONSEMA, que trata da questão das Comissões Temáticas. Então, eu entendo, a secretaria executiva aqui entende que, na verdade, essa atribuição deveria ser a Comissão Temática Processante e de Normatização e não a Comissão Temática de Políticas Públicas. Alguém gostaria de fazer algum comentário em relação a isso antes da gente abrir para votação? Porque eu entendo que seria a atribuição para a Comissão Temática Processante. Tudo bem? Ok. Tem uma pessoa aqui online. Por favor, Cris Murgel, fique à vontade para fazer o uso da palavra.

**00:58:19 Cristina Murgel:** Bom dia a todos. Na verdade, uma das questões que eu ia considerar era isso. Essa norma foi construída a partir da Comissão de Normatização à época. E outra questão que eu gostaria de sugerir é ouvir a CETESB. Toda a classificação de atividades de baixo impacto, o próprio VRA, mesmo na construção da norma, se seguiu muito a aquilo que é orientado pela CETESB em termos de classificação. E lembro também que essa norma foi extremamente exaustiva a construção dela na época, não é uma

discussão fácil de se chegar a esses parâmetros. Então, eu gostaria de ouvir, se possível, qual é a posição da CETESB em relação à necessidade de revisão da norma escrita.

**00:59:25 Naiana Lanza:** Obrigada, Cris Murgel. Tem mais uma pessoa inscrita. Na sequência, eu passo para a Mayla fazer os comentários. Por favor, Paulo Nelson.

**00:59:33 Paulo do Rego:** Só em contraponto ao que a Cris falou, acho que a CETESB já vai fazer parte da própria comissão. Então ela não teria nenhuma perda de qualidade, e a CETESB está trazendo todos os elementos que ela entende ser necessário serem ponderados. Ninguém está mudando a norma aqui nesse momento. Nós estamos pedindo para que a norma seja colocada em debate para que a gente possa realmente fazer um estudo mais detalhado, que não é pertinente fazer aqui no âmbito da plenária. E eu concordo com a mudança da destinação da Comissão a qual deve ser apreciada, posta pela Mayra, porque acho que é na normatização mesmo.

**01:00:19 Naiana Lanza:** Obrigada, conselheiro. Por favor, Mayla.

**01:00:21 Mayla Fukushima:** Bom dia, Cris, bom dia a todos. Só para dar um esclarecimento, independente do assunto ser encaminhado para a Comissão, a CETESB já vem trabalhando na revisão das normativas exatamente pelo apontamento, indicação de alguns problemas que vêm ocorrendo com o VRA. Então, tanto a classificação, a gente está revendo já, o pessoal da Diretoria de Controle está fazendo essa revisão, tem um grupo lá estabelecido que está debruçado sobre aquela listagem, e também sobre essas inconsistências em relação às autorizações que são emitidas pelo VRA. Conversei com o Adriano, o Adriano tem uma expectativa de avanço nessa revisão, pelo menos inicial, dos trabalhos. Não é uma conclusão ainda de um trabalho, mas assim, esse avanço está previsto agora para o próximo mês e, provavelmente, a gente vá levar isso para as reuniões da Comissão. Então, essa avaliação que vai subsidiar as discussões da revisão da deliberação do CONSEMA, tá bom?

**01:01:36 Naiana Lanza:** Muito obrigada, Mayla. Paola, por favor.

**01:01:41 Cap PM Paola Wohnrath Mele:** Bom dia a todos. Só para esclarecer, em relação ao VRA, a CETESB está em contato com a Polícia Ambiental, e a Polícia Ambiental já fez como piloto, em cinco municípios, em cinco batalhões, em regiões distintas do estado, o atendimento de VRAs num período de 6 meses, todos os VRAs emitidos naquele município, como fiscalização. Agora a gente está produzindo o relatório para marcar uma reunião com a CETESB e apresentar o que teve de inconformidade, se está tendo de inconformidade, porque a gente não sabe nem se tem o problema e qual o tamanho do problema. Esses VRAs na parte de flora, principalmente na supressão de vegetação de árvores isoladas. Então, a fiscalização ambiental também está vendo essa parte dos VRAs em conjunto com a CETESB, para apresentar alguma medida em relação a esses VRAs.

**01:02:45 Naiana Lanza:** Muito obrigada, Paola. Mais alguém gostaria de fazer o uso da palavra antes da gente passar para deliberação? Não. Então seguimos então para a deliberação em relação à atribuição de tarefa à Comissão Temática e Processante e de Normatização. Aqueles contrários a essa atribuição de tarefa, por favor, se manifestem. Ninguém contrário aqui no plenário, nem online. Alguma abstenção? Também não. Portanto, aprovado por unanimidade. Então, seguimos no mesmo assunto em relação à atribuição de

tarefa à Comissão Temática, também o pedido realizado pelo conselheiro Andrés na última plenária, e agora em relação à recomendação de revisão e atualização do Decreto Estadual número 63.296, de 2018, que também peço a palavra do senhor Andrés, se quiser fazer as considerações iniciais para que a gente passe aos debates.

**01:03:49 Andrés Vernet:** Quero sim, muito obrigado. Também nessa linha, esse Decreto foi feito em 2018, foi feito em conjunto com a Secretaria de Meio Ambiente e a Secretaria de Agricultura. Então, nós estamos misturando dois assuntos. Primeiro, também foi feito, em 2018, sem considerar exatamente as decisões da diretoria da CETESB, sem considerar a logística reversa como ela é considerada no licenciamento. Então, é como se nós tivéssemos duas formas de serem licenciadas totalmente opostas e antagônicas. Então, se a Secretaria de Agricultura deseja alguma normativa, alguma coisa sobre inspetor de ovos, nós não nos opomos absolutamente. Agora, a logística reversa, ela deve ser considerada, pois são pós-consumos, é um pós-consumo, então ela deve ser considerada exatamente como a decisão da diretoria da CETESB, que não está sendo atualizado isso. Então, essa normativa diz o seguinte: que as granjas são divididas pelo número de aves, só que todo mundo conhece, todo mundo compra, as embalagens de ovos, ela tem mais embalagem do que ovo para proteção desse produto, é claro, mas uma granja pequena de até 500 mil aves, ela é muito grande, ela é maior do que quatro, cinco indústrias; ela polui mais do que quatro, cinco indústrias juntas. Ela tem as caixinhas, ela tem a caixa grande, ela tem uma — **[01:05:39 inaudível]** de pós-consumo que não estão sendo considerados na logística reversa. Então, as granjas até 500 mil aves, não existe licenciamento com logística reversa. Então, nós temos uma parte também de licenciamento simplificado e nós temos só granjas grandes que é feita logística reversa. E a granja média e pequena, ela é simplesmente um documento que fica junto à CAT. E nós questionamos a CAT de Campinas, nem ela sabe o que acontece com esse documento que fica na mão de um técnico, que eles não têm controle nenhum, eles não sabem nem quantas granjas tem numa determinada cidade, então não existe controle nenhum. Então nós precisamos separar as coisas, se a Secretaria de Agricultura for ter controle, tudo bem, mas deve ser observado o controle da logística reversa nisso. Para ter uma ideia, uma 500 mil aves, isso representa uma área de 70 mil metros quadrados, é muito grande, e ela gera mais de mil toneladas por ano de papelão. É muita coisa. Então, por isso que nós precisamos pedir esta autorização, e nós fizemos um levantamento também que apresentamos para a CETESB no mês de abril desse ano, com mais de 50 granjas, granjas grandes, inclusive os campeões de produção que todo mundo conhece, os ovos mais famosos, e eles não fazem a logística reversa, ou seja, é uma forma de fuga da logística reversa. E além disso, um detalhe importante, essa norma é ilegal. Por que que ela é ilegal? Ela não passou pelo CONSEMA. O CONSEMA é o órgão final deliberativo para flexibilização da logística reversa, e não passou pelo CONSEMA. Então isso é ilegal. Isso é o primeiro ponto que a gente tem que observar, que essa norma é ilegal. E se a Secretaria de Agricultura quer as suas normas, não temos nada contrário a isso. Você quer passar pela CAT, se ela quer fazer o que ela bem entender, tudo bem. Agora o setor de ovos, ela tem que ter igual, ela tem que ter um tratamento, isonomia com os demais fabricantes, porque isso é pós-consumo. Então, ela gera pós-consumo, que é o papelão, ela deve ser considerada como logística reversa normal dentro da decisão de diretoria da CETESB, não um decreto à parte e sem a consideração da logística reversa. Isso está causando muitos problemas de apoio às cooperativas, de lixo jogado em locais não corretos e precisa ver a participação de todos os setores. Tem que haver uma economia de todos os setores. Essa é a nossa opinião, peço aos conselheiros a aprovação para que seja — **01:09:18 [ininteligível]**, reanalisado, e



principal, um decreto ilegal e que muitos — 01:09:28 ininteligível], pela CETESB, na nossa opinião, de forma incorreta. Obrigado, peço o voto aos conselheiros para revisão deste decreto. Obrigado.

**01:09:41 Naiana Lanza:** Obrigada, conselheiro. Temos algum conselheiro que gostaria de se manifestar? Ok. Por favor, Leduc.

**01:09:51 Eduardo Leduc:** O que eu gostaria de mencionar aqui é que existe toda uma tecnologia e um processo muito claro sobre logística reserva, inclusive para os aviários. Tanto é que grandes aviários utilizam isso com sucesso. Acho que a cadeia de frango, até por estar envolvida em exportação e alimento, ela é super regulada e super vigiada. Até para você vender, se você vai vender para o McDonald's, você passa por critérios enormes que inclusive exigem isso, e é um exemplo de economia circular. Quando uma cooperativa faz bem a produção de frangos, integrando o produtor até todo o processo, é uma economia circular, não sobra resíduo nenhum. Tudo do frango é usado, tudo, 100%. Toda a cama do frango do aviário também é usada. Quer dizer, o controle da qualidade de um aviário é espetacular. Porém, quando você tem empreendimentos que geram um grande volume, que não precisam no seu próprio licenciamento mencionar o que vão fazer com esse resíduo, aí é que eu acho que é o descompasso. Nós não estamos falando de uma ciência que não existe, de uma inviabilidade, porque mesmo ele tendo esse volume que ele falou de 500 mil aves, isso daí gera um volume grande, e quase tudo que gera é reciclável mesmo, tem destinação, dá para fazer e tem valor, inclusive, o que existe para mim é esse descompasso, que para fazer um licenciamento de uma atividade que possa gerar tanto resíduo, não ser parte do licenciamento a destinação e o cumprimento da lei de resíduos sólidos. Eu acho que a proposta é positiva nesse sentido e viável de ser implementada.

**01:11:36 Naiana Lanza:** Obrigada, conselheiro. Temos também inscrita a Cris Murgel, que está online. Por favor, Cris Murgel.

**01:11:44 Cristina Murgel:** Eu gostaria de colocar, primeiro, na linha do que o Leduc falou do controle que é feito sobre o setor, sobre as grandes granjas, sobre as cooperativas e sobre a própria cadeia que lhe exige um nível de produção muito alto. E gostaria de lembrar também que esse decreto não é um decreto da Secretaria da Agricultura ou da CETESB, da SEMIL, é um decreto do governador, e que ele não trata de logística reversa apenas, ele tratou, na época, de um enquadramento para o licenciamento ambiental e que esses critérios à época foram extremamente discutidos, não só com a Secretaria da Agricultura, mas com a Secretária do Meio Ambiente e com a CETESB, na época. Na verdade, é um decreto que altera o decreto de licenciamento, é um capítulo dentro do decreto de licenciamento. E, por fim, lembrar que a comissão não atualiza decreto, ela pode propor, ela pode discutir os parâmetros que estão ali, verificar, mas ela, por si só, e nem o CONSEMA. E um decreto ele não é ilegal porque ele não passou no CONSEMA. O CONSEMA é um órgão consultivo, e o executivo tem muitos decretos que não passaram pelo CONSEMA, existe uma prerrogativa. Então, gostaria de lembrar para a gente também não confundir. Não é um decreto ilegal, é um decreto que está vigente há muitos anos, e a declaração de conformidade ela é seguida pelo setor e ela é exigida pelas instituições financeiras, e ela é sim um instrumento oficial. Me espanta a informação de que a Secretaria da Agricultura não sabe o que se faz com essa declaração. Aqui, representando o setor, é espantoso. Eu gostaria, inclusive, de ouvir a Secretaria da Agricultura, porque essa é uma afirmação extremamente pesada. Como

assim, ? Se exige um documento de um produtor rural ou de uma agroindústria, que seja, e o órgão público não sabe o que se faz com ela? Eu acho isso extremamente grave, Andrés. gostaria até de um esclarecimento por parte do representante da Secretaria da Agricultura.

**01:14:33 Naiana Lanza:** Obrigada. Na sequência, então, o conselheiro Andrés, e depois o Paulo Nelson.

**01:14:40 Andrés Vernet:** Só reforçando também, Cris, eu liguei para a CAT de Campinas, a pessoa que me atendeu, posso até consultar quem é exatamente, mas ela me disse isso. As granjas pequenas, onde é exigido somente aquele documento inicial, é só um documento inicial que pede, as granjas pequenas ficam com o técnico da CAT no município. Esse documento fica na mão do técnico e ninguém sabe o que acontece depois. Essa é a informação que eu recebo. Segunda coisa: para nós, ele é ilegal quanto à logística reversa. Nós temos até um documento emitido pelo Ministério do Meio Ambiente que diz o seguinte: que qualquer flexibilização da logística reversa, como é o VRA, como foi passado tudo pelo CONSEMA, quando você divide em faixas, divide de qualquer forma EPP, 10 mil metros, 5 mil metros, isso sempre passa pelo CONSEMA, isso que eu digo que é ilegal. A flexibilização da logística reversa deve passar obrigatoriamente pelo CONSEMA. Terceiro ponto: é realmente um decreto do governador. Inclusive, o ano passado, quando houve todo aquele problema de preço do ovo, etc, o governador veio a público também e disse isso, que o setor de ovos recebe um benefício. O único setor que recebe esse tipo de benefício, é um crédito outorgado do crédito das embalagens que ele compra. Ou seja, ele se credita, quem conhece um pouco sobre contabilidade vai saber disso, ele se credita dessas embalagens que ele compra. Ou seja, ele compra o papelão, compra aquelas embalagens que vai ao ovo, aquela caminha lá, tudo, ele se acredita disso, mas ele não participa da logística reversa. Então, é uma contribuição, ele se credita, mas ele não paga. É um benefício dado pelo governo ao único setor, é o setor de ovos que recebe esse tipo de benefício. Então, mais um motivo para — [01:17:06 inaudível], da logística reversa, como é em todos os casos. Isso é um alimento, deve entrar dentro da decisão de diretoria da CETESB. Isso que eu gostaria de complementar. Obrigado.

**01:17:22 Naiana Lanza:** Obrigada, conselheiro. Passamos então agora a palavra ao senhor Paulo Nelson.

**01:17:29 Paulo Nelson:** Só uma questão mais formal de toda essa proposta do Andrés, que eu acho que, indiscutivelmente, o tema que ele traz é de alta relevância. Eu acho que não tem ninguém aqui que vai questionar a importância de a gente ter a logística reversa em todos os seus níveis, em todas as suas... Então, e eu acho que não é objeto do pedido dele revogar um decreto do governador, porque aqui não seria o fórum adequado efetivamente, certo? Eu acho que a proposta que o Andrés traz é justamente de criar uma normativa complementar a esse decreto em que esta política reversa seja regulamentada. Então, mandar para uma comissão, para a Comissão de Normatização, uma proposta de normatização dessa atividade para que a gente possa ter com clareza aquilo que precisa ser feito dentro de todo o processo da política reversa. Então, só tentando ordenar aqui o que a gente vai votar, porque senão fica uma votação de um pedido para a gente revogar um decreto do governador, que a gente sabe que isso vai ter uma oposição natural de todos os juristas que estão aqui sentados à mesa. A gente tem plena consciência. Então, eu acho que a gente precisa focar aquilo que ele está pedindo, que é de uma relevância incontestável, para que a gente traga, inclusive, a

Secretaria da Agricultura, traga todos os atores para uma discussão ampla e isso deve ser feito no âmbito de uma Comissão, para que a gente possa trazer uma normatização e pôr o processo dentro da sua normalidade. Então, fica essa proposta de avocação para uma Comissão Temática levar esse tema à discussão, não da revogação, mas da complementação do decreto para que a gente possa ter a normatização do assunto. Obrigado.

**01:19:27 Naiana Lanza:** Obrigada, conselheiro. Passo aqui a mesa para os comentários. Por favor, secretária.

**01:19:32 Natália Resende:** Obrigada, bom dia. Primeiramente, sempre um prazer estar aqui com vocês. Vou falar um pouquinho desse tema porque, na verdade, a gente já tem discutido essa questão de logística reversa, inclusive aqui no próprio CONSEMA, na Câmara Técnica de Política Pública, foram feitos subsídios para nós lá na subsecretaria de Recursos Hídricos e de Saneamento Básico. E, olhando numa perspectiva até mais ampla, que eu acho que é correto, só fazendo um breve panorama, desde 2023 a gente tem tentado estimular e estruturar bem essa parte de resíduos sólidos aqui na Secretaria, inclusive, porque o que a gente sentiu uma necessidade? De fato, avançar de uma forma estruturada, pensando no curto, médio e longo prazo, e entendendo resíduos sólidos dentro da cadeia de saneamento básico, isso é importante a gente falar, porque se a gente não tiver também esse olhar integrado, a gente não consegue avançar com a qualidade devida, sobretudo olhando a pujância do estado de São Paulo. E a gente começou a fazer muito diagnóstico, junto com a CETESB também, olhando a atualização do plano que a gente já está em andamento, junto com o pessoal da USP, fazendo capacitação, que a gente fazendo com o pessoal da FIA também, em 350 municípios, dentro do Integra. Olhando no Integra também a questão de escala para a gente gerar mais economia circular, ver a potencialidade de biometano, biogás, mais reciclagem, mais compostagem, enfim, tudo que move essa parte de resíduos sólidos como um todo. E também em paralelo, a gente vem estudando bastante a questão de logística reversa. Estamos participando de um grupo, que foi até instituído pelo próprio governador, com outras Secretarias, de uma forma muito integrada aqui dentro do estado. E daqui do CONSEMA já, inclusive, saíram estudos, de novo, dessa Câmara Técnica de Políticas Públicas para nos subsidiar em algo que a gente vai fazer, que eu já deixo aqui até o convite para todos participarem, que a gente também vai informar quando a gente soltar, que é uma chamada, uma tomada de subsídio que a gente vai fazer especificamente para a logística reversa, para normativos. E, claro, isso tudo vai ser tratado de uma forma conjunta, não dá para a gente também separar, a gente precisa fazer essa visão integrada, e a gente vai fazer isso com base no que já veio do CONSEMA. Então, já teve esse estudo, não estou falando especificamente do ponto que o conselheiro falou, mas de uma forma mais ampla. A gente vai levar isso, está já levando isso em consideração para abrir essa tomada de subsídio. Por quê? Porque a gente quer falar com todo mundo, todo mundo. A gente quer ouvir, fazer um diálogo bem amplo, bem transparente sobre esse tema, que a gente sabe que é muito importante, muito sensível, de forma com que todos sejam ouvidos, que a gente tenha todos os subsídios técnicos necessários para avançar nos normativos que sejam suficientes, sejam decretos, resoluções, projetos de lei, enfim, o importante também é o conteúdo, ou mais o conteúdo. Então a gente está trabalhando para poder fazer essa tomada de subsídio. Fica o nosso compromisso aqui também. Deixo aqui a mesa para quando a gente soltar, trazer aqui essa informação para todos participarem, de novo, usando isso que já foi fruto de um trabalho do próprio CONSEMA. Então, acho que até seria, não um retrabalho, mas algo que a gente

já startou aqui, que eu acho que agora a gente tem que avançar nessa linha, nesse caminho que eu comentei, para a gente estruturar mesmo, e mais a questão de logística reversa, porque é um assunto muito importante, está muito no nosso radar. Então, aqui só a título de informação, de atualização e de proposta também, para em vez da gente abrir uma outra frente aqui na Comissão Temática, da gente trabalhar nessa que já foi aberta, então a gente já abriu, já teve subsídio, já tiveram estudos, a gente agora está nessa parte final da preparação da tomada de subsídio, e a gente traz para cá também e coloca aberto, transparente, com esse diálogo que eu comentei, e claro, contando com a participação do conselheiro Andrés também, que já vem acompanhando o tema há muito tempo. É isso minha proposta, tá bom? Obrigada, Naiana. Devolvo a palavra para você.

**01:24:10 Naiana Lanza:** Obrigada, secretária. Diante, então, da manifestação da secretária e dos demais conselheiros, a gente passa agora aos encaminhamentos. Então, a gente tem agora duas sugestões, de atribuir uma nova Comissão Temática para a gente, enfim, debater esse assunto pontual trazido pelo conselheiro, ou a gente, de fato, segue na dinâmica que já tinha sido estabelecida em relação a essa temática nas demais Comissões, na Comissão Temática de Políticas Públicas. Paulo Nelson, você quer fazer um comentário antes da gente passar para os encaminhamentos?

**01:24:52 Paulo Nelson:** Sim, só uma questão de ordem. Eu acho que a proposta da secretária, ela é muito frutífera e ela pode abraçar efetivamente o que o Andrés trouxe, que é mandar, ficar aqui aprovado que este tema seja incluso dentro do trabalho que já está sendo feito na Comissão Temática, aí você não precisa abrir um novo tema, mas fique vinculado a essa discussão que o Andrés trouxe para dentro, como um dos temas a serem debatidos no trabalho que já está em andamento.

**01:25:26 Naiana Lanza:** Obrigada, conselheiro. Andrés, quer fazer o comentário antes da gente seguir?

**01:25:32 Andrés Vernet:** É, eu também acho muito importante isso que o Paulo falou, a gente manter dentro da Comissão independente. Eu acho muito bom o que a secretária falou, eu acho que dentro da Comissão, acho que nós vamos ter mais atores que possam contribuir, que possam dizer normas, a própria Cris, também vai participar. Então, a gente pode debater muito mais claramente o assunto e trazer muito mais sugestões, muito mais rapidamente também. Então, acho que deveria ser mantido dentro da Comissão os dois assuntos. Obrigado.

**01:26:11 Naiana Lanza:** Bom, então acho que, diante das considerações, eu sugiro que a gente coloque para votação, então, o tema, entendendo que seria uma atribuição nova, ou no sentido de seguir os trabalhos que já estavam sendo desenvolvidos em relação a esse tema nas demais Comissões Temáticas, em especial a Comissão Temática de Políticas Públicas, em conjunto com todo o trabalho que tem sido desenvolvido pela Subsecretaria de Saneamento Básico e Recursos Hídricos. Então, vou colocar para votação, então, o tema em relação à atribuição de tarefa à Comissão Temática, no caso de Políticas Públicas, para a gente dar continuidade. Aqueles que são contrários à atribuição da tarefa à Comissão Temática de Políticas Públicas, eu peço que se manifestem, aqueles que são contrários à atribuição de tarefa à Comissão Temática. Eu peço, por favor, que se manifestem aqueles

que são contrários à atribuição de tarefa à Comissão Temática. Tá confuso? Então vamos de novo...

**01:27:36 Violeta Kubrusly:** Desculpa, só eu é uma questão de ordem, Naiana. A proposta da secretária, ela é global, que a gente tem, que gostaríamos que fosse o segmento assim, não negando o trabalho feito, mas dando continuidade. Então, é importante que a gente deixe claro a proposta de dar continuidade ao trabalho com os aperfeiçoamentos necessários, mas garantindo os conteúdos já produzidos. Então, só para a gente poder esclarecer que o que a secretária Natália falou, trata-se de uma visão ampla e de garantia do trabalho que já foi realizado e dos aperfeiçoamentos que devem ser feitos, só pra gente poder se posicionar. Obrigada.

**01:28:27 Eduardo Leduc:** Eu entendi um pouco diferente, por isso acho que é importante esclarecer o que a gente vai votar, porque se a gente fala de manter o que já sendo feito nessa Comissão Temática ligada a saneamento, ouvindo todo mundo, manter todo o trabalho feito e incluir, é uma coisa; a outra a outra coisa é trazer a esta Comissão que já está andando, já está com o tema, garantindo que este tema esteja lá, com participação mais efetiva sobre o tema trazido aqui, juntando, não criando uma outra, mas absorvendo este tema, e não só dar continuidade ao que já está feito, porque senão o tema acaba não sendo absorvido. A gente precisaria esclarecer isso para ver o que a gente vota.

**01:29:12 Naiana Lanza:** Perfeito. Quer comentar alguma coisa, secretária?

**01:29:17 Natália Resende:** Eu acho que criei confusão aqui, né? A minha proposta foi no seguinte sentido, que eu estava pensando: a gente já tem todo um trabalho sobre logística reversa, de uma forma ampla, sendo realizada aqui no CONSEMA, certo? E agora a gente está na fase de fazer tomada de subsídio em relação a esse arcabouço mais geral, que é importante para a gente ter as bases. O que eu acho que é mais frutífero para a gente fazer? A gente pegar essa tomada de subsídios, ouvir, ver as pessoas, inclusive a gente pode levar esse tema na própria consulta que a gente for fazer, se não tiver abarcado, por quê? Porque senão a gente volta e fica um ciclo que a gente não acaba e, de fato, implementa, que eu acho que é importante a gente implementar também melhor essa questão da logística reversa, porque a gente vai ter oportunidade, seja durante a tomada de subsídios ou depois, quando voltar da gente agregar, complementar, melhorar, alterar, mas eu acho que é importante, já com os subsídios que vieram da Câmara Técnica, abrir a tomada de subsídio, incluir, se for o caso, durante as discussões, na tomada de subsídio, eventuais pontos de melhoria para deixar mais claro em relação esse tema, fechar a tomada de subsídio, voltar para cá e a gente vê o que precisa melhorar ou não, ou se o que já tiver na tomada de subsídio é suficiente, a gente aceita, enfim, só para a gente ir no caminho do que a gente já estabeleceu, para não ter que ficar voltando e fazer um círculo vicioso. Vamos fazer um círculo virtuoso aqui. Foi muito nesse sentido que eu falei. Não sei se ficou claro.

**01:31:06 Naiana Lanza:** Perfeito, secretária. Acho que o Paulo Nelson gostaria de fazer o comentário.

**01:31:09 Paulo Nelson:** Só complementando a secretária, eu acho que é assim, a proposta que acabou vingando é uma proposta de levar esse tema como um tema complementar ao que já sendo feito, não fazer um novo tema, abrir uma nova temática exclusiva para discutir



isso e ficar questões paralelas. Eu acho que o que ela colocou tem muita pertinência, e você não fazer redundância das mesmas discussões, e aproveitar todo o trabalho que já foi feito e deixar... o que acho que a gente estaria votando aqui é a vinculação desse tema a ser observado nos trabalhos que estão sendo desenvolvidos. E já fica marcado e fica mais tranquilo para a própria Comissão dar sequência ao trabalho. A forma como a votação foi encaminhada, ficou parecendo que havia uma dualidade. Eu acho que a proposta é de complementação, não de substituição.

**01:32:13 Naiana Lanza:** Perfeito. Então, reorientando aqui, em função até da sugestão da secretária, estou entendendo então que a sugestão é justamente a gente dar continuidade aos trabalhos que estavam sendo desenvolvidos no contexto da Comissão Temática de Políticas Públicas, mas principalmente considerando todo esse trabalho mais macro que tem sido desenvolvido pela Subsecretaria de Saneamento Básicos e Recursos Hídricos. Então, pela sugestão da secretária, por enquanto, esse tema seguiria, e seria importante a gente aguardar essa questão da tomada de subsídios e, enfim, garantir que esse assunto trazido aqui nesse tema seja também considerado nessa tomada de subsídios, e isso poderia passar por uma eventual devolutiva para o CONSEMA em relação a essa proposta para essa Comissão Temática. Então, se todos estiverem de acordo com este encaminhamento, a gente pode entender que não seria necessário fazer uma nova atribuição à Comissão Temática, porque isso estaria já no escopo do desenvolvimento dos trabalhos que estão sendo desenvolvidos na Comissão Temática de Políticas Públicas sobre esse tema da logística reversa, e a gente agregaria isso de acordo com os momentos de tomada de subsídios, nos momentos que a gente faria o aprofundamento da discussão sobre essa temática, da discussão legal, das normas vinculadas a esse tema. Todos de acordo? Por favor, Andrés.

**01:34:01 Andrés Vernet:** Só complementando o que a secretária disse, eu acho importante, mas é o seguinte, vamos deixar claro o seguinte: esse assunto do setor de ovos, ele não veio lá do ano retrasado, do ano passado, dos assuntos discutidos. Eles não estavam lá. Esse assunto veio esse ano aqui, então ele não passou anteriormente lá pela Comissão, ele não está dentro daquelas sugestões. Então esse assunto não está lá. Vamos deixar claro isso, esse assunto do setor de ovos não está lá. Então, eu acho que é um assunto que deveria ser mantido na Comissão, seja ela qual for, para que esse assunto seja debatido, seja trazido as sugestões, porque é um assunto novo, não é o que veio de lá, não. Então, é um assunto bem específico, ele deve ser tratado lá na Comissão. Eu acredito que uma ou duas reuniões seria facilmente resolvido isso. Então, por isso que eu acho que ele deve ser mantido na Comissão. Obrigado.

**01:35:01 Naiana Lanza:** Obrigada, conselheiro. Por favor, Beatriz.

**01:35:03 Beatriz Santos Caio:** Oi, por favor. Concorro com o Andrés, que ele fala que esse assunto específico do setor de ovos, ele não tenha sido abordado nas discussões de 2023 a 2024. No entanto, se eu entendi direito o que a secretária falou, durante a tomada de subsídio, vai ser colocada a possibilidade das pessoas colocarem as suas opiniões sobre esse assunto também. Então, Andrés, aqui ficaria a possibilidade da gente discutir o que você colocou, que é o setor de ovos. Então, é isso que eu entendi, Naiana.

**01:35:01 Naiana Lanza:** Perfeito, seria isso mesmo. Então, nesse sentido, acho que aqui a nossa votação seria no sentido de que esse tema fosse tratado em conjunto com as outras

ações da secretaria, em relação a essa temática, com destaque para a tomada de subsídio. Então, nesse sentido, a gente não teria nenhuma atribuição específica a alguma Comissão Temática neste momento, mas sim, a gente traria esse tema para ser agregado nas dinâmicas de construção da política de resíduos de logística reversa que está sendo construída. Então, entendo que a votação seria nesse sentido, da gente manter a dinâmica que já está, em relação a este tema, e garantindo que isso será considerado na tomada de subsídio, que podemos fazer essa conversa com a subsecretaria para ver como esse tema poderia entrar como uma possível consulta ali na tomada de subsídio, para garantir até o olhar mais amplo. Então, eu estou entendendo que seria essa a nossa deliberação. Se todos estiverem de acordo da gente seguir desta maneira, nós iríamos continuar o acompanhamento deste tema de logística reversa de acordo com as outras políticas da Secretaria, e o CONSEMA, sim, acompanhando também esse tema, e a gente fazendo esse diálogo com vocês. Por favor, Andrés, novamente, antes da gente encerrar esse assunto.

**01:37:30 Andrés Vernet:** Eu colocaria outra proposta aqui, a seguinte, tem duas propostas, duas votações: uma, se vai para a Comissão ou vai para a consulta pública.... **[01:37:44 inaudível]**

**01:37:47 Naiana Lanza:** Andrés, ficou ruim, a gente não te ouviu. Agora sim.

**01:37:56 Andrés Vernet:** Então, para mim, seriam duas votações: Uma para que o assunto vá para a Comissão, seja ela qual for; A segunda votação, se atende a sugestão que a secretária está propondo, que vai para a consulta pública, que vai ser colocada nos assuntos lá. Então são duas votações no meu entender: uma que vai para a Comissão, e outra que atende a sugestão feita pelo secretário. Então vamos ver qual é o resultado. Para mim são duas votações.

**01:38:35 Eduardo Leduc:** Só para contribuir, eu acho que todos aqui se manifestaram favorável a criar um trabalho só, fortalecer uma frente que já começou, do que uma outra andando no momento em paralelo. Acho que a insegurança, talvez, que a gente aqui como bancada ambientalista sente, é que esse negócio, esse outro processo está andando e não existe uma garantia que este ponto vai ter atenção devida no momento que for adequado. Essa tomada de subsídios fique só uma possibilidade e não fique uma coisa mais clara de que garanta que nessa evolução esse setor vai trazer, com algumas pessoas que entendem do tema, vai poder dar o subsídio para influenciar, impactar esse avanço. Acho que essa garantia, essa clareza, é que deixa o tema frágil, porque senão fica, a gente só vai ver depois que chegar aqui, lá depois do negócio pronto. Eu acho que seria essa a insegurança que está sendo gerada para aderência à proposta.

**01:39:35 Natália Resende:** Então, deixa eu conferir mais segurança jurídica a minha proposta. Quando a gente lançar a tomada de subsídio, no primeiro dia a gente já informa que, aí a gente faz o comunicado para todos os membros, por quê? Porque a intenção é deixar aberto para todo mundo e a bancada, ou quem vocês acharem que é pertinente, pode, inclusive, entrar e falar, colocar lá a proposta para ficar registrado para, inclusive, nas contribuições, que a gente tem que fazer relatório, depois, para constar isso claramente lá, para não ter dúvida, além de todo... É claro que a gente vai lembrar disso, quando a gente vier aqui, mas para deixar registrado, qualquer um pode entrar lá e registrar isso daqui que a gente está falando, está dentro da tomada, porque ela vai ficar aberta para todos, todos.

Então, vai sair no relatório, esse relatório vai ser público também, e ainda vai voltar para cá, porque a gente se comprometeu a depois disso tudo trazer, de uma forma geral, a questão dos resíduos. Então, além de sair no relatório, a gente ainda vai trazer de volta. Então, acho que garante, garante porque é público, transparente, todo mundo pode participar, então minimamente vai estar no relatório. Tá bom? Vamos fazer a votação.

**01:40:57 Naiana Lanza:** Vamos, secretária. Então, de acordo com essa sugestão da secretária, então a gente vai agora deliberar realmente sobre a atribuição ou não da Comissão Temática. Lembrando que não sendo atribuída à Comissão Temática, tem toda essa possibilidade aqui que a secretária colocou, em relação à tomada de subsídio e que o CONSEMA estará aqui trazendo esses assuntos para vocês. Então, partimos então agora para a votação. Por gentileza, peço a atenção de todos e peço que aqueles os suplentes, na presença dos titulares, que eles não votem por gentileza. Então aqueles que são contrários à atribuição da tarefa à Comissão Temática de Políticas Públicas, por favor, contrários no sentido que vai ser continuado essa demanda de acordo com a tomada de subsídios, e isso trazido para o CONSEMA. Aqueles, então, que são contrários a uma nova atribuição desse tema à Comissão Temática, por favor, que se manifestem. Nove contra. Deixa eu ver aqui online. Três online. Ok. Então, tivemos 12 manifestações contrárias. Alguma abstenção? Eu peço, por favor, que todos baixem a mão, por gentileza. Temos alguma abstenção? Não. Então agora peço que se manifestem aqueles que são favoráveis à atribuição de tarefas à Comissão Temática. Por favor, peço que levantem a mão os favoráveis, aqui no plenário temos um, e online temos três pessoas também. Então, quatro votos favoráveis, 12 contra. Então, seguimos na proposta da secretária, da gente acompanhar esse tema junto com a tomada de subsídios, e a gente vai atualizando sempre o CONSEMA sobre a tomada de subsídio para garantir a participação de todos os conselheiros nessa etapa. Muito obrigada.

**01:43:33 Violeta Kubrusly:** Naiana, só uma questão de ordem. Eu não sei como saiu a votação, porque o símbolo eu não consegui colocar. Eu sou favorável à proposta global da secretária, e não sei como é que saiu a votação. Eu quero registrar esse voto. Obrigada.

**01:43:52 Naiana Lanza:** Perfeito. Já tinha sido contabilizada, Violeta. Muito obrigada. Então passamos agora ao próximo item de pauta, que seria agora também um item que foi solicitado na última reunião plenária do CONSEMA, que é a apresentação sobre o papel da Defesa Civil em cenários de escassez hídrica, a ser realizada pelo Rodrigo Fiorentini, da Defesa Civil. Obrigada, Fiorentini, pela presença. Seja bem-vindo ao plenário do CONSEMA.

**01:44:32 Rodrigo Fiorentini:** Bom dia. Bom dia, secretária Natália, bom dia, subsecretário Jônatas, Naiana. Agradeço o convite. Para nós é uma honra vir aqui falar um pouquinho sobre o papel da Defesa Civil, como é nossa atuação e falar um pouquinho especificamente desse cenário da escassez hídrica. Então, eu sou Major Rodrigo Fiorentini, eu sou diretor da divisão de resposta lá da Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil. Antes da gente entrar no assunto propriamente dito, acho que é importante até passar um pouquinho, qual é a nossa atuação, nossa função aqui no no governo. Nós temos aqui no Estado de São Paulo, na verdade, em âmbito nacional, nós temos uma normativa que é o nosso Marco Legal, quando se fala de proteção e Defesa Civil, que é a lei 12.608, que fala sobre quando a gente fala de Defesa Civil a gente fala de um sistema, e essa reunião nada mais é do que uma reunião de sistema. Então, a gente pode colocar aqui no estado de São Paulo o Decreto 64592, que normatiza o sistema estadual. E é importante falar que aqui no estado de São

Paulo todas as Secretarias têm funções, têm papéis quando a gente fala de atuação em Defesa Civil. Falando especificamente sobre a escassez hídrica, que é algo que a gente está monitorando, eu vou falar um pouquinho mais para frente, mas a nossa atuação, ela está voltada a todas as questões relacionadas à proteção de pessoas aqui no estado de São Paulo. Nós temos dois períodos muito distintos aqui no estado, que a gente pode falar principalmente com relação às questões climáticas, que é um período quando nós temos a presença de chuva aqui no estado, que até já estamos aproximando. Então, a gente já pode falar novembro, dezembro, a gente já começa a ter essa preocupação, esse motivo de atenção, e um período que nós deixamos agora, que foi o período de ausência de chuva. Então, nossa preocupação principal acaba sendo monitorar, principalmente focos de incêndio, e agora também a questão da escassez hídrica. Eu coloquei esse slide até para os senhores e senhoras conhecerem, na Defesa Civil do Estado, que é um órgão de assessoria do governador, nós ficamos dentro do gabinete do governador, lá no Palácio dos Bandeirantes. Nós temos nosso Centro de Gerenciamento de Emergência, que faz o monitoramento de todas as questões, principalmente questões climáticas no estado. Então, até coloquei monitoramento geológico, hidrológico. E quando a gente fala especificamente sobre a escassez hídrica, nós temos uma facilidade que hoje, aqui no estado de São Paulo, foi até um trabalho dessa última gestão, do coronel Engel, nos 645 municípios, nós temos hoje um órgão de proteção em Defesa Civil. Então, quando eu falei lá do Sistema Estadual, então, a coordenadoria estadual, hoje chefiada pelo coronel Engel, ele é o órgão estadual, mas nós temos também o sistema municipal, e hoje aqui no estado todos os municípios eles têm presença de Defesa Civil, e o nosso Centro de Gerenciamento de Emergências acaba sendo esse link, esse elo com os municípios. Então, nós temos essa possibilidade de saber informações diversas, dentre elas aquelas relacionadas ao problema da escassez hídrica. E até algo que vem sendo desenvolvido com reuniões periódicas, reuniões semanais, até cumprindo a deliberação do Comitê Gestor de Política Estadual de Mudanças Climáticas, lá pelo nosso Centro de Gerenciamento de Emergência, nós estamos fazendo esse monitoramento, essa conversa constante com todos os municípios por nosso sistema. Nós temos hoje um sistema informatizado que a gente consegue receber todas essas informações dos municípios. E eu até vou falar sobre a questão de decretação, os municípios que apresentam problemas, que também é uma atribuição da Defesa Civil do Estado, como nós recebemos todas essas informações. Com relação ao Centro de Gerenciamento de Emergência, acho que é muito importante e algo que, a partir de dezembro do ano passado, principalmente, acho que a população teve um olhar mais atento que está relacionado ao recebimento de alerta nos telefones celulares. Acho que todos os senhores e senhoras aqui receberam ultimamente, como eu havia falado, a nossa maior atenção aqui no estado acaba sendo relacionada ao problema de chuvas, mas não é exclusivo. Nossos alertas são também enviados para outras questões, inclusive, nesse período agora de estiagem, nós encaminhamos, eu até coloquei aquela imagem que está no canto inferior da nossa tela, que lá no Centro de Gerenciamento de Emergências nós temos esse mapa de risco de incêndio. Então, até aproveito, eu acabei não cumprimentando o Rodrigo da Fundação Florestal, nosso parceiro de longa data, então a gente acaba monitorando todo o estado com relação ao risco de incêndio. Então, é um sistema, com inteligência artificial, que pega alguns parâmetros como umidade do solo, questão da quantidade de chuva ocorrida nos últimos dias, a previsão meteorológica futura, enfim. E a gente consegue mapear todo esse cenário, e vocês percebiam, ali, aquela coloração mais roxa é um nível de emergência, quando a gente fala de risco de incêndio florestal. Nessas situações, nós também encaminhamos alerta à população, por meio do Cell Broadcast, que é essa nova tecnologia. Então, todo o aparelho celular que

está nessa área de interesse, que tem algum tipo de risco, eles conseguem receber essa informação. Então, quando se fala de incêndio florestal, nós encaminhamos falando desse risco, do dia que está acontecendo, e pedindo à população que adote medidas preventivas relacionadas a esse tema. Então, é uma atuação do nosso gerenciamento de emergência, nós, diariamente, monitoramos tudo que tem vínculo climático aqui no estado de São Paulo. Falando um pouquinho agora sobre a atuação propriamente dita nesse cenário de escassez hídrica, até cumprindo, a gente trabalhou em conjunto para a publicação do Decreto Estadual 69.585, que é o nosso Plano Estadual de Resiliência, e lá foi colocado diversas ações, a gente pode até citar a parte de prevenção e preparação. Depois a gente vai falar um pouquinho sobre resposta, recuperação, especificamente quando a gente fala de resiliência hídrica, desse problema de escassez hídrica, nós trabalhamos junto a todo o sistema estadual, como eu vinha falando, principalmente com campanhas educativas. Até agora, recentemente, nós publicamos nas redes sociais da Defesa Civil, que ultimamente teve uma abrangência muito grande, então, em conjunto com o governo do estado, nós vamos elaborar campanhas à população falando sobre a conscientização do uso da água nesse período, o fornecimento de equipamentos e de viaturas. Então, o coronel Engel tem esse olhar atento de fortalecer os municípios, e esse ano nós vamos conseguir completar os 645 municípios, recebendo, pelo menos, uma viatura. A gente entrega às Defesas Cíveis Municipais as caminhonetes 4x4 e 4x2, muitas delas com materiais de combate a incêndio. Então, todos os municípios do estado vão receber essas viaturas ou já receberam, e agora, nesse ano, vão ser todos contemplados. E uma nova atuação é relacionada a caminhão pipa. Então, ainda esse ano, nós vamos fornecer, lá pela Defesa Civil, 20 caminhões pipas aos municípios. E a ideia para o próximo ano é prosseguir com essa atuação, aumentar. Nós vamos elaborar uma ata de registro de preço para que todos esses municípios, a maioria, sejam contemplados com esse material, que é muito importante, não só para nós na questão da chuva, limpeza de via, mas para enfrentar esse período de estiagem também. Enfim, todas as ações de prevenção, e eu acho que é muito importante também quando a gente fala sobre Planos de Contingência. Então nós temos uma atuação muito próxima ao município, auxiliando todos eles na elaboração de Planos de Contingência. Isso, novamente, a gente pode falar para a questão de chuva, questão de proteção das pessoas no frio, questão de escassez hídrica. Então, nós temos esse olhar de apoio aos municípios na elaboração dos Planos de Contingência. A gente falou sobre a gestão de risco, agora mais voltado ao Gerenciamento do Desastre, é uma atribuição da Defesa Civil do Estado o apoio aos municípios nos processos de decretação de situação de emergência e calamidade pública. Então, sendo bem específico, quando nós falamos sobre escassez hídrica, eu até coloquei aqui que é muito importante a definição do desastre, então, lá na 12.608 define o que é um desastre e o por que eu coloquei a definição? Muitos municípios nos procuram falando que vão decretar, ou que decretaram uma situação de emergência, ou calamidade pública, falando de estiagem ou seca, para aquilo que eles imaginam que possa acontecer. Então assim, o que é muito importante deixar claro, que a decretação não é preventiva, ela é algo relacionada a quando já ocorreu e ela tem que ter vínculo a um desastre. Então, a gente pode até extrair alguns pontos da definição, o desastre é importante estar caracterizado, principalmente dano humano, dano material ou ambiental. No caso da estiagem, não há dano material, mas sim o ambiental, prejuízos econômicos e sociais. Então, para o município, é importante ele ter ciência disso, que tem que estar caracterizado o desastre, não é uma atuação preventiva. E o que caracteriza o desastre? Nós temos a classificação brasileira de desastre, o Cobrede. Específico, quando nós falamos de escassez hídrica, nós temos duas classificações: a estiagem e a seca, que eu até coloquei aí. Então, estiagem, que é um pouco mais brando,



mas é um período prolongado de baixa chuva, que não consegue realizar a recomposição hídrica do solo. Basicamente é isso, tá bom? Só para curiosidade, então, aquilo que a gente tinha falado desse monitoramento dos municípios, então a Defesa Civil do Estado tem passado de forma imediata aqui para a SEMIL, para o SP Águas. Hoje, no estado de São Paulo, nós temos quatro municípios que decretaram situação de emergência, mas eles não solicitaram a homologação do governo estadual. Então, além do apoio administrativo aos municípios, o nosso núcleo de situação de anormalidade faz todo o processo de homologação do governo do estado. Então, quando o município decreta, nós analisamos toda essa documentação, elaboramos um parecer e encaminhamos para a publicação de um decreto do governador, que homologa ou a situação de emergência ou calamidade pública do município. A partir daí, o município tem acesso a diversas políticas públicas de apoio, sempre relacionado ao fato. Então, nesses casos aqui, políticas públicas de apoio relacionadas à estiagem ou à seca. Além disso, na Defesa Civil, nós temos uma ajuda aos municípios afetados por desastres, que é o envio de materiais de ajuda humanitária. E assim, a grande atuação nossa é quando é relacionado aos desastres, as ocorrências sobre chuvas, o excesso de chuvas. Porém, o ano passado nossa atuação foi muito forte relacionado a estiagem. Então, nós encaminhamos, junto com o apoio do Fundo Social do Estado, cestas básicas, a população que foi afetada por incêndios, por estiagens, população de produtores agrícolas, pequenos produtores que tiveram essa necessidade, enfrentaram problemas por queda, quebra de safra. Então, nós damos todo esse apoio, principalmente nesse período com envio de cestas básicas. Nós elaboramos uma ata de registro de preço para o envio de água mineral, então nós temos disponibilidade de água mineral para apoiar os municípios, a população vulnerável que foi afetada. Então é uma atuação constante da Defesa Civil do Estado. Nós estamos com um projeto de ampliar esse apoio aos municípios. Então, nós já estamos elaborando um processo para firmar uma ata de registro de preço para aquisição de caixas d'água, porque nós tivemos, até alguns prefeitos que foram até o Palácio dos Bandeirantes e relataram à população rural com dificuldade de armazenamento de água por falta de caixa d'água. Então, nós também vamos elaborar essa ata de registro de preço para fornecimento de caixas d'água e cisternas flexíveis, também para que aumente essa possibilidade de acomodar água nos locais que há necessidade. E por fim, outra possibilidade junto à Defesa Civil do Estado, é o fornecimento de recurso emergencial para ações de restabelecimento. Então, nós conseguimos, para aqueles municípios que tiverem a situação de emergência ou calamidade pública homologada pelo governo do estado, a possibilidade de repasse de recurso por meio de convênios emergenciais para ações emergenciais de restabelecimento. No caso da escassez hídrica, no ano passado nós repassamos recursos aos municípios para aluguel de caminhão pipa. Então, sempre foi uma necessidade muito grande dos municípios, então, nós temos essa possibilidade também de apoiá-los com o envio de recursos para ações de restabelecimento. Eu acredito que seja isso. Novamente, eu agradeço a oportunidade de falar um pouquinho aqui sobre o trabalho da Defesa Civil do Estado, e me coloco à disposição caso haja alguma dúvida. Obrigado.

**02:00:15 Naiana Lanza:** Muito obrigada, Fiorentini. Passo a palavra, então, agora aos conselheiros. Victorino, mais alguém? Rodrigo. Deixa eu ver se online temos alguém. Não. Então, por favor, Victorino.

**02:00:15 Eduardo Victorino:** Bom, Major, parabéns pela apresentação. Eu queria só fazer um comentário sobre o Plano Preventivo da Proteção de Defesa Civil, e fazer um destaque sobre a excelência da preparação das Defesas Civas municipais: vocês fazem um trabalho

magnífico, porque é extremamente importante que essas Defesas Cíveis Municipais tenham preparação para agir no momento de desastre, de recuperação, essa coisa toda que acontece. Eu tive o privilégio de estar durante 8 anos na Defesa Cível, e a Defesa Cível evoluiu muito, evoluiu, assim, bastante. Eu lembro que a gente fazia nossas vassouras de bruxa lá para poder apagar o incêndio, era um caos. A gente usava nossos cargos para fazer dirigência de campo. Então, hoje eu vejo uma evolução, assim, fantástica, desde a última Conferência Nacional que nós participamos. E eu queria deixar aqui os meus parabéns e dizer que quem sofreu muito no passado hoje é recompensado pelo trabalho que vocês fazem hoje. E eu sempre falo que quem está no município é que sabe das suas dificuldades. E a gente tem hoje o estado olhando para o município como nunca olhou antes. Quando você fala que vai fazer uma ata para caminhão pipa, rapaz, isso era um sonho nosso. Sabia a dificuldade que a gente tinha com aquela bomba costal para poder fazer o trabalho de rescaldo. Então, fica aqui mais uma vez aqui o meu agradecimento, como fiquei 8 anos em Mairiporã no comando da Defesa Cível, e ver que hoje eu posso conversar com os coordenadores que estão lá hoje e eles falam: "Vitorino, nós estamos no céu, tem muito que ainda caminhar, mas a gente fica muito feliz dessa condição que temos hoje". E parabéns, Major. Leva o nosso abraço carinhoso lá para o pessoal da Defesa Cível, tá bom?

**02:02:29 Naiana Lanza:** Obrigada, conselheiro. Na sequência, o conselheiro Rodrigo.

**02:02:29 Rodrigo Levkovicz:** É bem rápido. Como não amar a Defesa Cível? Então, só para deixar esse registro, que a gente é muito fã do trabalho de vocês. Parceria importante. 70 anos foram comemorados ontem, é isso? 94. Meu Deus, estão mais antigos do que eu imaginava. Parabéns para a Defesa Cível. Mas é basicamente agradecer a parceria de todo momento, a gente é muito fã do trabalho de vocês. Parabéns.

**02:03:07 Naiana Lanza:** Obrigada, Rodrigo. Agora, na sequência, a conselheira Cris Murgel, que está online.

**02:03:12 Cristina Murgel:** Primeiro, parabenizar a Defesa Cível pelo trabalho. Em nome aqui da Federação da Agricultura, a gente sabe o quanto isso é importante para os nossos produtores na base. E também dizer, ontem mesmo nós tivemos em São Roque, nós começamos um programa agora de aproximação dos sindicatos rurais, Defesa Cível, prefeituras, polícia militar ambiental. Ontem, em São Roque, foi um primeiro encontro com o pessoal do 5º batalhão da Polícia Militar Ambiental. A Defesa Cível estava presente, o Corpo de Bombeiros, prefeitura e os sindicatos ali da região. A gente pretende, agora, para o próximo ano, iniciando agora no final do ano e para 2026, fomentar esse tipo de ação, levando à atualização, e cada vez mais o entendimento sobre os Planos de Contingência naquilo que a gente pode também apoiar com o SENAR, com a Federação da Agricultura e com os sindicatos rurais. Então, só registrar aqui o nosso agradecimento à Defesa Cível, ao governo do estado de São Paulo, e nos colocar à disposição. Eu acho que se a gente não começar a trabalhar conjuntamente os problemas locais e regionais, a gente não consegue avançar. Então, a gente está iniciando esse programa exatamente com esse objetivo, de preparar e atualizar os produtores rurais naquilo que é necessário, e chamando a responsabilidade de todos. Muito obrigada.

**02:04:59 Naiana Lanza:** Obrigada, Cris Murgel. A mesa gostaria de fazer algum comentário ou podemos seguir?

**02:05:07 Natália Resende:** Eu só queria deixar também nossos agradecimentos por todo o trabalho da Defesa Civil, um trabalho conjunto, muito integrado que a gente faz, e de muita qualidade. Eu fico muito feliz de ver a competência, a expertise de vocês, toda a preparação e o foco muito em prevenção. Então, é uma coisa que é exemplo e referência para o Brasil, que às vezes olha muito da resposta em diante e que o estado de São Paulo mostra que é muito melhor e muito mais correto investir no antes, que é na prevenção. E acho que por isso que a gente consegue caminhar tão juntos, porque você consegue colocar o olhar nosso também de meio ambiente, infraestrutura, enfim, de uma forma preventiva, com o de vocês e de toda a expertise que vocês carregam ao longo de vários e vários anos, e que tem, cada vez, aprimorado mais. Então, parabéns e obrigada pela parceria. A gente fica muito feliz de ter a Defesa Civil conosco. Muito mesmo.

**02:06:02 Rodrigo Fiorentini:** Obrigado, secretária. Só corrigir, também agradecer ao Nalon, o Instituto de Pesquisas Ambientais também, que é nosso parceiro, toda a Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, que nos apoia muito no período de chuva, realizando vistorias nas áreas afetadas, áreas de risco, também elaborando os mapeamentos. Então, também agradecer por essa parceria realizada e obrigado.

**02:06:27 Naiana Lanza:** Obrigada, Fiorentini. Bom, então passamos agora ao nosso último ponto de pauta, também solicitado na última plenária do CONSEMA, que seria a apresentação sobre a estratégia climática do estado de São Paulo para a COP 30. Quem fará a apresentação é a Carina Dolabella, da Assessoria de Mudanças Climáticas, da Secretaria. Seja bem-vinda, Carina, ao plenário do CONSEMA.

**02:07:12 Carina Dolabella:** Oi, bom dia a todos. Queria agradecer a oportunidade de contar um pouco aqui para vocês do trabalho da Secretaria do Meio Ambiente, olhando para as mudanças climáticas. Queria agradecer, em especial, a secretária Natália Resende pelo trabalho excelente, pela confiança, por tantos avanços que a essa agenda realizou nos últimos anos. Também queria agradecer o subsecretário de meio ambiente, Jônatas Trindade, e a Naiana, por todo o apoio. Bom, vou contar aqui um pouco para vocês como que o estado de São Paulo está se estruturando para participar na conferência de Belém. Essa conferência acontece 10 anos depois do acordo de Paris, o que é significativo, emblemático e traz uma reflexão para todos. Eu trouxe aqui um pouco para vocês, um pouco do que existe de perspectiva olhando para a conferência climática, e também trazendo um pouco do alinhamento, do que a presidência da COP trouxe como desafio para os entes subnacionais, olhando exatamente para essa agenda. Então a gente tem como desafio, fortalecer o regime multilateral climático. Então como essa interface federativa acontece de forma efetiva? Como que a gente conecta a agenda climática à vida das pessoas e territórios? E a aceleração da implementação propriamente dita. Então, como que a gente sai de compromissos e passa realmente para resultados tangíveis, replicáveis e mensuráveis ao longo do tempo. Sempre quando a gente está falando de políticas climáticas, a gente está falando de uma visão de longo prazo, de uma visão estratégica e que acaba orientando os setores produtivos, a forma, e traz reflexões importantes de como a gente, enfim, qual é a nossa interface com todas essas agendas setoriais e também o papel de nós, entes subnacionais, olhando exatamente para essas discussões. Então, eu trouxe aqui para vocês, primeiramente, só título de contexto, considerando a demanda que foi trazida, de trazer um pouco de como o estado se prepara para a COP 30, e considerando as cartas da presidência da COP 30. Então, a gente teve

uma série de cartas que foram publicadas ao longo de 2025, todas elas convocando não só os entes subnacionais, como a sociedade civil, como um todo, a se posicionar e alavancar realmente a implementação de iniciativas concretas. Até que agora, recentemente, em agosto, foi publicada a sétima carta, que trouxe uma agenda de ação para a COP 30, um mutirão global. Todos os estados trouxeram contribuições que estão acontecendo aqui no Brasil, olhando exatamente para a contribuição, para a NDC brasileira. E, na mesma linha, o posicionamento dessa instância que é a LGMA, que é uma rede, a principal rede de governos subnacionais, que tem IClel, Under To, Regions Ford, diversas redes internacionais do qual o estado de São Paulo faz parte, que trouxe uma proposta para a presidência da COP, no aspecto de considerar exatamente os esforços dos entes subnacionais, olhando exatamente para as contribuições que a gente tem, olhando para o acordo de Paris. Bem, trazendo um pouco aqui do contexto do estado, a gente tem uma Política Estadual de Mudanças Climáticas, que foi lançada em 2009, inclusive antes do próprio governo federal. Essa política, ela é um norte de atuação do estado de São Paulo. E a gente organizou, a gente organiza hoje a nossa estratégia em dois eixos estruturantes: o eixo de mitigação, que tem um foco na redução das emissões de gás de efeito estufa, e a gente tem um Plano Estratégico sobre esse olhar, que é o Plano de Ação Climática 2050, e a adaptação climática, que tem como foco adaptar os territórios, olhando exatamente para toda a interface do homem com a natureza, olhando não só para a infraestrutura biodiversa, como a hídrica, como a infraestrutura de saneamento e de transporte como um todo. Então, todas essas políticas elas têm também, a gente tem um foco transversal, então a gente tem a infraestrutura como eixo estruturante, a justiça climática, a educação como a base de qualquer transformação. Quando a gente está falando exatamente de uma estratégia de longo prazo, a educação tem um papel primordial, as finanças verdes e a inovação. Considerando isso também, a gente tem o desafio de, muitas vezes, precisar ter um retrofit tecnológico, mudanças de paradigma, exatamente olhando para dependência que a gente tem hoje de combustíveis fósseis e como que a gente transforma os desafios culturais e regionais que a gente tem em soluções disruptivas e que gerem valor para a sociedade como um todo. Então, a título de contexto, é importante trazer o perfil de emissões do estado de São Paulo. Hoje a gente tem, em comparação com o Brasil, o nosso perfil de emissões é bem diferente. Como vocês podem ver, o Brasil tem, como a sua maior emissão, a mudança de uso da terra e florestas. Em contrapartida, o estado de São Paulo, que tem como a maior emissão advinda do setor de transportes. O que é interessante analisar é que primeiro, considerando essa diferença, as estratégias traçadas são diferentes, olhando exatamente para esses desafios. E, muitas vezes, a gente encontra solução nas emissões de outros setores. Então, quando a gente está olhando, por exemplo, para as emissões de resíduos e efluentes, essas emissões de metano, elas podem realmente, elas geram uma oportunidade de descarbonização do setor de transportes, se a gente considerar exatamente transformar esse metano num energético importante, não só para o setor de transportes, como para o setor de energia. Então, como vocês podem ver, a ideia realmente é a gente olhar de forma integrada para todos os setores, considerando o nível tático e pensando exatamente de que forma que a gente consegue endereçar esses desafios gerando valor. Então, olhando para o Plano de Ação Climática, a gente tem uma divisão setorial das estratégias. Então, cada caixinha dessa, representando um setor, a gente tem, além de estratégias específicas de longo prazo, olhando para cada um deles, a gente também tem um âmbito de governança setorial, tática, que endereça também esses desafios. Então, os planos climáticos acabam trazendo um norte para o nível tático, para a atuação do nível tático. E, nesse sentido, a gente atua também para estimular os meios de implementação junto aos municípios e à sociedade civil para trazer mais

segurança jurídica, olhando exatamente para as diversas iniciativas que a gente tem aqui no estado. Esse gráfico traz, de forma bem simples, a nossa trajetória proposta pelo Plano de Ação Climática. Então, a gente tem a linha pontilhada, que representa o cenário de referência, tendencial, em que, se nós não fizéssemos absolutamente nada, esse seria o caminho traçado e alcançado em 2050. E a trajetória contínua, que traz exatamente uma visão de futuro, que o estado de São Paulo tem, olhando até 2050, onde a gente vai chegar. Isso é muito importante porque traz uma previsibilidade e, obviamente, que essas estratégias são revistas em linha também com o Global Stock Take. Então, a cada 5 anos a gente revisita todas essas estratégias para ver a efetividade, onde a gente precisa ajustar a rota. Então, tem um olhar orgânico que caminha junto também com a ciência e tecnologia, exatamente para ter metas concretas e tangíveis, olhando exatamente para aquilo que a gente quer, que é alcançá-las. Olhando aqui para adaptação, na mesma linha, a gente tem os setores, com, também, uma governança tática estabelecida que trabalha cada uma dessas interfaces. Obviamente que todo esse arcabouço é discutido, debatido e construído na governança climática do estado de São Paulo, que é uma governança complementar. Então, a gente tem o Conselho Estadual de Mudanças Climáticas, que é uma governança consultiva e tripartite, e que emite recomendações para o estado, olhando exatamente para essa agenda estratégica de longo prazo. E o Comitê Gestor da Política Estadual de Mudanças Climáticas, que tem 10 pastas do estado e tem o foco realmente na implementação. Então, é um colegiado super importante, em que a gente discute todos os desafios que a gente precisa superar e as melhores alternativas para que a gente realmente enderece e tenha uma geração de valor efetiva. Bem, tudo isso, obviamente, olhando para a COP 30, até para as cartas da presidência, essa COP é a COP da implementação, e é isso que a gente vai fazer na COP 30. A gente vai mostrar todo o trabalho que está sendo feito de forma estruturada, olhando para os programas e projetos da SEMIL. E a gente tem diversos deles, aqui eu teria que ficar a manhã inteira aqui falando, mas olhando, trazendo pílulas de cada um desses programas e projetos, a gente tem, por exemplo, o Plano Estadual de Energia, que é o primeiro plano subnacional com uma trajetória até 2050. E esse Plano traz diversas estratégias no nível tático, olhando exatamente para esse universo de energia. E eu destaco a estratégia do biometano, que é uma estratégia que o estado de São Paulo vem olhando com muito cuidado, exatamente pelo potencial gigantesco desse energético. Só no setor sucroenergético, a gente está falando de 6.4 milhões de metros cúbicos/dia de potencial técnico, o que corresponde a quase a metade do consumo de gás natural no estado de São Paulo. Ou seja, ele é um energético importante e significativo, e é uma alternativa que pode realmente beneficiar o estado com seus próprios recursos. Então, eu acho que, como a mensagem principal, o olhar, a estratégia do Estado, ela olha para a sua abundância e ela olha também para todos os desafios que a gente precisa enfrentar. E é dessa forma que o estado vem fazendo, de forma estruturada, olhando exatamente para todas as lacunas. Então, a gente tem os programas de, como a secretária muito bem colocou, Universaliza SP, Integra Resíduos, que tem um foco na regionalização, em apoiar os municípios e a sociedade civil nessas agendas, que são agendas tão caras e que acabam tendo um impacto direto na adaptação e mitigação de gás de efeito estufa. O São Paulo Sempre Alerta, como o major muito bem colocou, todo o trabalho da Defesa Civil, olhando tanto para a época de estiagem como na época de cheias. Enfim, a gente tem uma série de programas olhando para o Plano de Meio Ambiente também. Aqui todos estão super ambientalizados com a forma de atuação disputativa da Secretaria. E é isso realmente o que a gente pretende apresentar na Conferência do Clima, como o estado trabalha a implementação das agendas setoriais de forma estruturada e integrada. Bem, na mesma linha do que a gente estava falando até agora,

olhando para os compromissos, a gente lançou, no final de 2023, o compromisso São Paulo Carbono Zero, que é um compromisso voluntário em que a gente chama as empresas, os municípios e a sociedade civil a apresentarem a sua visão de futuro voluntariamente, no intuito realmente da gente caminhar juntos nessas estratégias que a gente tem de longo prazo. Ninguém alcança nada sozinho e a gente quer andar de mão dadas realmente com o setor produtivo, com a sociedade como um todo. Então, o compromisso reconhece essa visão de futuro. E a gente tem vários níveis de ambição, considerando o primeiro deles, o inventário de emissões de gás de efeito estufa, que é o primeiro passo para você entender o seu impacto climático até o nível de ambição maior, que seria olhando para o reconhecimento na categoria platina, que tem um alinhamento com o Race to Zero, que é a campanha da ONU do qual o estado de São Paulo faz parte. E considerando a necessidade da gente sair do mundo dos compromissos, a gente lançou o prêmio São Paulo Carbono Zero, exatamente no objetivo da gente reconhecer ações concretas e reais acontecendo no estado de São Paulo e dar luz a essas iniciativas. Então, as categorias do prêmio, que são quatro: transição energética, restauração ecológica, circularidade e mobilidade sustentável, tem dentro do seu escopo, iniciativas que estão conectadas com os nossos planos e com as nossas estratégias. Então, a ideia realmente é trazer à luz qual é a estratégia do Estado e o que está acontecendo que merece realmente ser reconhecido. Foram estruturados critérios de avaliação, então, a gente avaliou critérios como inovação, impacto, replicabilidade e justiça climática. E a gente tem como, trazendo aqui um pouco dos resultados para vocês do prêmio, a gente teve 154 iniciativas inscritas. A gente fez um processo de habilitação onde a gente checou toda a documentação que foi solicitada em edital, e tinham algumas regras. Então, a empresa ou entidade poderia participar com um projeto por categoria. Então, às vezes, a iniciativa, a organização se inscreveu em duas iniciativas numa categoria, valeu a última. Então, a gente, no fim, teve um universo de 116 projetos analisados. A gente estruturou uma Comissão Temática Técnica para cada uma dessas categorias, e todo o processo de avaliação resultou em quatro campeões, digamos, por categoria, que vão ser reconhecidos no nosso evento prévio à COP Clima. Então, aqui eu convido vocês a participar desse processo de votação e conhecer essas iniciativas. São iniciativas disruptivas, que dão a luz a projetos importantes e relevantes, olhando para cada uma dessas categorias. E a votação final, a gente vai conhecer esse campeão no Summit São Paulo Mais Verde. Então, queria aproveitar para chamar vocês para participar desse evento em que abre uma possibilidade de vocês conhecerem também um pouco melhor tudo aquilo que está sendo feito aqui no estado de São Paulo, todos os desafios, todas as oportunidades para a gente continuar avançando nessa agenda de forma estruturada. Então, dia 4 e 5 de novembro, no Parque Villa Lobos, tem uma agenda bem robusta, que eu convido vocês todos a conhecer. A gente está trabalhando com quatro eixos temáticos e um eixo transversal, que é a trilha de economia circular. Então, ficam todos convidados a mobilizar também a sociedade como um todo para gente discutir e avançar exatamente em todos os desafios e oportunidades que o estado tem. É isso, eu fico à disposição.

**02:26:45 Naiana Lanza:** Obrigada, Carina. Bom, passamos então agora às considerações dos conselheiros. Alguém aqui no plenário gostaria de fazer uso da palavra? Leduc, Victorino. Mais alguém aqui no plenário? Não. Online também já temos um inscrito, o Crepaldi. Então, Victorino, por favor.

**02:27:15 Eduardo Victorino:** É rapidinho. Parabéns pela apresentação, viu? Então, eu não sei se cabe nessa apresentação que você fez o GFI, nosso Grupo de Fiscalização Integrada.



Eu acho que nós fazemos um trabalho fantástico no estado de São Paulo com relação a isso. A gente tem já vários procedimentos, já tem várias coisas que a gente está fazendo, e eu sempre toco nesse assunto. Acho que a fiscalização é crucial. É lá que você vai conter o desmatamento, que você vai evitar os problemas, que depois que ele avança é corrigir aquilo que está errado. Então, não sei se a gente conseguiria, em algum lugar, colocar esse trabalho que o GFI faz hoje aqui em São Paulo. Tá bom? Obrigado.

**02:28:10 Carina Dolabella:** Oi, José, obrigada. Primeiro, a apresentação, na verdade, a gente tentou trazer a visão macro realmente, estratégica. E, como eu coloquei, cada um dos eixos que a gente trabalha de mitigação e adaptação é composto por uma governança estruturada, olhando exatamente para os desafios e oportunidades que a gente precisa superar a questão normativa, olhando para a segurança jurídica. Então, super oportuno. E eu também deixo o convite para você, se quiser, e fazer uma apresentação também na governança, acho que seria oportuno e pertinente, a gente pode conversar e organizar.

**02:28:50 Eduardo Victorino:** Obrigada, Carina. Seguimos, então agora, com o conselheiro Leduc.

**02:28:57 Eduardo Leduc:** Bom, parabéns pela apresentação. Esse é um tema multidisciplinar, interdisciplinar, é muito interessante. E eu queria fazer duas, assim, contribuições aqui, ou três. Quando a gente fala em ações de mudanças climáticas, fala de COP, não teria, assim, eu senti falta de ouvir, talvez, eu perdi o começo, todo o trabalho espetacular que é feito aqui no Zoneamento Ecológico Econômico, porque aquilo ali é fundamental para que a gente não tenha aqueles pilares que você falou, maior comprometimento da biodiversidade e maior ocupação de áreas de risco. Então, todo o trabalho do Zoneamento Ecológico Econômico é uma âncora que a gente precisa utilizar para que os municípios não avancem em áreas que não podem ser avançadas. Então, eu colocaria alguma coisa disso, porque é prático, é real e existe já todos os dados, e está sendo revisado para 2027. Então ele super atual à sua revisão, e ele tem um papel estratégico na resiliência climática das cidades enorme. A outra coisa é com relação a todo o mapeamento de riscos que o estado faz. As análises de risco fazem parte da resiliência climática das cidades e, de novo, de preservação de biodiversidade e tudo mais. Então, acho que isso é uma coisa que quando a gente mostra não tem como alguém não ficar valorizando esse trabalho, que é feito aqui, e disponibilizado para que os municípios ordenem a sua resiliência climática. Não existe resiliência climática sem isso, em áreas de risco, e a gente sabe dos acidentes e tragédias que já ocorreram, e correram o mundo nas manchetes de jornal, seja de Petrópolis, seja do litoral norte. E aí, já não diria assim, uma sugestão, mas é que eu não consigo ver exemplos. Por exemplo, essa semana saiu nos jornais o aumento do porto de São Sebastião, Centro Logístico de Caraguatatuba, aeroporto em Caraguatatuba, e a gente discute até a melhoria de fluxo ou duplicação até Ubatuba. 12 mil empregos vão ser gerados. Que maravilha, tudo bom, tudo certo, mas a gente não vê nenhum projeto de moradia popular, ou de classe média, para essa população que vai chegar lá. Então, a gente está falando numa área de risco, numa área extremamente estreita para ser ocupada com residências. E falando em resiliência climática, levar 12 mil empregos, que bom, mas sem nenhuma política de onde vão ficar essas pessoas. Aí vão ocupar os morros, vai ter um problema de resiliência climática, vai ter um problema de manancial e vai ter um problema de segurança nessas cidades, como é o histórico de todo lugar que a infraestrutura vai, sem o suporte antecipado desse tipo de coisa. Então fica, não como sugestão para incluir lá nesse trabalho maravilhoso que vocês vão

apresentar, mas assim, uma preocupação que existe de estar nas manchetes dos jornais isso tudo, sem nenhum programa de habitação para essas pessoas de justiça climática.

**02:32:21 Carina Dolabella:** Eduardo, com certeza, com relação ao Zoneamento Ecológico Econômico, ele é um instrumento muito importante e ele estava ali na apresentação, é que por conta do timing também eu não consegui me aprofundar, até eu fico à disposição também se, enfim, quiser entender um pouco melhor, a gente acaba tendo que otimizar e, enfim, definir o que a gente vai dizer por conta do tempo em si. Sobre as políticas de infraestrutura, acho que elas são muito importantes. A gente tem uma deficiência hoje ainda no Brasil, e isso está sendo feito de uma forma muito estruturada, escutando a sociedade. Então, a infraestrutura caminha junto com a agenda de mudanças climáticas, olhando exatamente para todas as oportunidades que a gente tem de ter uma infraestrutura mais resiliente. Então, esse é o olhar, e é assim que a gente vem trabalhando também quando a gente olha para os Planos Táticos, que também tem todo o Plano de Logística e Investimentos, por exemplo, que está sendo desenvolvido com uma visão até 2050, considerando exatamente todos os desafios e oportunidades que a gente tem que endereçar até lá, que são muitos, com certeza.

**02:33:49 Beatriz Santos Caio:** Concordo com a fala da Carina, que o Zoneamento Ecológico Econômico do estado de São Paulo, ele está contemplado quando você colocou o logo do Plano de Meio Ambiente, então está inserido lá. Só que eu acho que o Leduc estava falando do Zoneamento Costeiro, quando você falou que estava sendo revisto. Então, são instrumentos com nomes parecidos, mas eles são bem diferentes. Então, só colocar aqui que está em revisão o Zoneamento Ecológico e Econômico da Baixada Santista. Quanto ao litoral norte, o Grupo Setorial está responsável por executar os Planos de Ação e Gestão. Agora, o Zoneamento do Estado, ele tem a obrigação de ser revisto a cada 10 anos, e ele foi instituído mais recentemente, em 2022. Então, os produtos que compõem o ZEE do Estado são revistos a cada 4 anos, e só em 2032 que a gente vai ter então o ZEE revisto do estado. Então, só um esclarecimento rápido aqui.

**02:35:01 Natália Resende:** Deixa eu aproveitar também as contribuições do Leduc até para a gente poder explorar bem rapidamente aqui, porque é bem importante. Acho que a gente pode acrescentar também, não tem problema. O ZEE foi muito usado para várias daquelas políticas que a gente colocou, por exemplo, o PEARC. O PEARC a gente lançou no dia mundial do meio ambiente desse ano, muito a gente bebeu na fonte do ZEE, então ele é muito importante para poder balizar, não só o PEARC, mas a outras daquelas políticas que a gente colocou de forma exemplificativa mesmo, muito mais para fomentar o debate, para a gente ter discussões como essa aqui, mas muito importante. E até aproveitando, não sei se o Jônatas falou isso no início, acho que deve ter falado da capacitação, inclusive que a gente está fazendo com os municípios para a questão de adaptação e resiliência junto com o pessoal do MMA também, para a gente levar o plano, a adaptação e resiliência para os municípios, porque isso é importantíssimo. Parte, desde capacitação, a projetos e obras. Então, a gente está fazendo isso, já está no ambiente EAD, junto com ENAP, enfim, uma iniciativa bem legal e isso vai ao encontro do que você falou na questão de logística, de infraestrutura, que dentro das nossas competências, das nossas possibilidades, a gente tem vindo o máximo de esforço para sempre fazer essa visão conjunta. Então, um exemplo é olhar o porto de São Sebastião como um porto que a gente tem falado, Porto Verde, que tenta cada vez mais aliar a questão de monitoramento de fauna, que está ganhando vários prêmios ambientais até, não é nem de logística, está aumentando sim a sua movimentação, mas com

esse olhar. E esse olhar também é muito fruto do trabalho, seja da Fundação Florestal, nosso da CETESB, nos licenciamentos. Então, toda vez que a gente se detém muito nos licenciamentos, Túnel Santos Guarujá, as novas concessões, que a gente coloca a obrigação agora de ter um Plano de Resiliência Climática, 180 dias a contar da assinatura do contrato, é sempre para ficar alinhado com isso tudo que a gente falando. E é muito mais, que eu vejo, dessas medidas que a gente está fazendo, de adaptar, do que até de comprometer. Então, toda vez que a gente fala de ter um porto mais resiliente, de ter as medidas lá em Caraguá, é de estimular muito o programa de habitação aqui no estado, que a gente tem o governador junto com o Marcelo, Secretária de Desenvolvimento Urbano, feito marcos históricos de entregas habitacionais no estado. Tem mais de 50 mil já entregues, mais de 100 mil em produção. Enfim, tem vários números que o governador sempre fala, porque é imprescindível a habitação andar lado a lado com o meio ambiente, com os cadernos de sustentabilidade que o pessoal lançou no ano passado, para ter mais cidades esponja. E isso, dentro tanto aqui do CONSEMA quanto do Comitê de Mudanças Climáticas, que têm a Secretaria de Desenvolvimento Urbano lá também, a gente vem discutindo muito para fazer de forma coordenada, levar desenvolvimento, mas com sustentabilidade, não é nem mais, ele tem que andar sempre junto. A gente vê países, cidades mais modernas que isso já está intrínseco. Eu posso até estar enviesada, porque eu acabei de voltar do Japão. E a diferença que a gente vê em relação a, por exemplo, educação, nossa, isso me gera esperança na humanidade, de verdade, de ver o que eles fazem com resíduos sólidos, com lixo, que é incrível, incrível, e é uma coisa que a gente está tentando muito aqui fazer e que a gente tenta trazer a sociedade, porque as pessoas têm que se envolver. E lá muito do motivo, quando eu fui conversar com vários professores de Kyoto, por exemplo, da redução de aterros e de resíduos, é pelo envolvimento da sociedade nas décadas de 70, 80, 90. É muito interessante a gente ver a história, até para a gente trazer aqui para o nosso estado, que a gente bem em linha e tenta cada vez mais fomentar isso. E o que você me perguntou também, aproveitando no início, que o Jônatas me falou aqui, aquela questão da duplicação ali na Tamoios, isso está muito inicial, a gente está discutindo, acho que não tem nem protocolo aqui na CETESB ainda, e tudo vai ser olhado com uma perspectiva ambiental muito forte também, com diálogo também, abrindo audiência, enfim, seguindo o trâmite de governança que a gente faz. Tá bom? Obrigada.

**02:39:33 Naiana Lanza:** Obrigada, secretária. Tem mais dois conselheiros inscritos que estão online. Por favor, conselheiro Ricardo Crepaldi.

**02:39:45 Ricardo Crepaldi:** Olá, pessoal. Bom dia a todos. Na presença da secretária Natália, eu cumprimento todos que estão presencialmente e os amigos online. Tem alguns pontos, parabéns pela apresentação, mas tem alguns pontos. Desculpa, eu estou aqui no no Center Norte, aqui onde está ocorrendo a Fenasan, então às vezes tem um barulho enorme aqui. Bom, secretária, esse é mais para a senhora: a gente tinha, até pouco tempo, o Acordo Ambiental São Paulo, que a gente, trabalhando com os gases de efeito estufa, e diversos, tinha mais de mil empresas, prefeituras, que estavam aderentes ao acordo para fazer o controle. E esse acordo, eu sei que ele estava sendo revisto, que ele estava dentro da CETESB para ser colocado. Seria importante isso, e foram vários anos de várias COPs que foram apresentadas dentro desse aspecto dos gases de efeito estufa. Então, é uma questão da gente ver, rever, se precisar de opiniões externas, ajuda. E eu, como ABES, a ABES está sempre disposta a ajudar a gente fomentar isso daí, que é muito importante. Outro ponto sobre a apresentação, eu acho legal, eu acho que é futuro, é importante. Eu sempre achei,

eu fui operador de estação de tratamento e eu jogava, eu queimava metano. Eu sempre achei um absurdo isso. E o biometano das estações de tratamento é muito importante. A gente tem um grande case lá em Franca, porém ele só serve para a frota da CETESB porque não existia um acordo entre a prefeitura para utilizar esse gás, e o gás então não era utilizado, esse gás era perdido, era queimado. Então, o ponto é: a gente ter a utilização do biogás, mas a gente tem que ter uma política mais clara e que a gente possa realmente ter esse em utilização, e não jogar isso fora, então isso é muito importante. Então, esse é o outro ponto. A última, um comentário, só para não atrapalhar, é sobre a questão do que o secretário Nalini está fazendo na cidade de São Paulo. Eu acho que é importante, os conselheiros que tenham acesso, para olhar o trabalho que a prefeitura está fazendo em conjunto, claro, e também muitas ações em conjunto com o estado, então que estão sendo apresentadas ali. Não vai ter estar na COP, a prefeitura, mas o...

**02:42:35 Naiana Lanza:** Travou. Está dando uma instabilidade aqui.

**02:42:47 Ricardo Crepaldi:** O finalzinho, sobre a questão de verificar dentro da prefeitura... É só para falar sobre as iniciativas que estão sendo corridas pela prefeitura de São Paulo, que é a maior prefeitura do nosso país. Então, tem várias ações sendo colocadas e muitas em conjunto com o estado, que é muito importante também, de certa forma, ter uma referência dentro do material do estado sobre essas ações numa cidade como uma das maiores do mundo. E esse é um ponto, e quem quiser conhecer o trabalho do Nalini ou as coisas que estão acontecendo, fazendo coisas pré COP, só entrar no site da Secretaria Executiva lá do Nalini e ter o material, ok? Era só isso. Muito obrigado, gente.

**02:43:39 Natália Resende:** Obrigada, Crepaldi. Parabéns pelo evento. Acho que o Cristiano está aí também. Queria estar também, mas enfim, estamos bem representados. E vou só fazer uma introdução, vou pedir para a Carina falar mais da questão do inventário, porque a gente combinou com a CETESB e conversou bastante quando a gente chegou aqui, e dado o caráter até de política pública, de fomento, incentivo, tudo que a gente quer fazer aqui na parte de mudanças climáticas, a gente trouxe aqui para a Secretaria, para a Assessoria de Mudanças Climáticas, essa questão do compromisso São Paulo Carbono Zero, que ela falou um pouquinho. Depois, Carina, só explica um pouquinho como que a gente está fazendo aqui para dar celeridade, estimular e trazer mais também a contribuição de todos. Em relação ao Biogás, Biometano, a gente colocou um eixo especial no nosso Plano de Energia para tratar disso, o primeiro Plano Subnacional de Energia do Brasil, até 2050 também, com esse horizonte, para ter alinhamento com a nossa Política de Mudanças Climáticas. A gente analisou todas as rotas, na verdade, a gente olhou todas as possibilidades, a parte meio ambiente social, infraestrutura, regulação e uma pujância, uma potencialidade muito grande que a gente tem aqui é do biogás e biometano por algumas fontes, as principais é o sucroenergético e a outra é o resíduos. E, seja do lodo, como você falou bem lá em Franca, a Sabesp já faz o aproveitamento para poder produzir o biometano, não a verdade, e abastecer 40 veículos lá da planta. E ela tem desenvolvido isso também em Barueri e outras extrações de tratamento, a gente tem fomentado isso com o novo contrato por meio, inclusive, da receita acessória que nos ajuda também com modicidade tarifária. E além disso a gente fez, eu não sei se você chegou a ter acesso, se não tiver eu te mando que é bem interessante, um trabalho com a FIESP sobre o aproveitamento do biogás e biometano no estado, que a gente tem a potencialidade de chegar a 6.4 milhões de metros cúbicos/dia. E a gente avançou muito já, a gente já está com 310 mil metros cúbicos/dia de capacidade instalada, e tem mais sete

plantas para poder serem instauradas até o final do ano que vem, 70% vinda de resíduos. E isso gera uma economia circular muito grande, isso gera biogás para poder abastecer a planta, biometano, para você abastecer veículos pesados ou jogar no grid também, que é o caso que está acontecendo lá em Presidente Prudente, que esse ano, por meio da Necta, a gente acaba as obras e abastece 4 mil domicílios, 58 estabelecimentos com biometano, que é bem legal e que a gente quer dar escala, a gente está olhando isso por meio dos contratos de concessão de gás também. E em relação à Prefeitura de São Paulo, a gente tem uma proximidade muito grande, tem conversado muito, encontrei anteontem, eu acho, com Nalini. A gente sempre se encontra em vários painéis, em várias conversas também e eles estão muito próximos de nós também na pré-COP que a gente vai fazer aqui, a qual novamente deixo o convite para todos, 4 e 5 de novembro, lá no Villa Lobos, realização nossa e da prefeitura de São Paulo também, junto com a USP, para a gente fazer também esse movimento, além lá, em Belém, claro, mas aqui no estado de São Paulo, porque a gente tem muita coisa boa e muita coisa para mostrar, não só para o Brasil, mas para o mundo. Então, o CONSEMA também é parte disso. A gente ficaria muito feliz se todos aqui presentes estiverem com a gente. Então, aproveitando, Crepaldi, a sua fala para deixar o convite. Carina, se puder só falar um pouquinho do inventário, acho que vale a pena.

**02:47:32 Carina Dolabella:** Bom dia, Ricardo. Só em complemento ao que a secretária trouxe, o São Paulo Carbono Zero, ele é um compromisso que veio em substituição ao acordo ambiental e, na verdade, o que a gente fez realmente foi subir um pouco a régua, então, a gente tem ali um reconhecimento de quem apresenta o inventário voluntariamente, mas a gente também reconhece em quem tem uma visão de futuro, porque o retrato, o que que você faz com o retrato das suas emissões de gás de efeito estufa? Como que você está trabalhando essas estratégias? Como você enxerga o seu negócio daqui a 10 anos? Então acho que o compromisso traz um pouco dessa reflexão para a gente realmente se comprometer com uma economia de baixo carbono. E além do programa ter ido para a SEMIL, que realmente é quem formula a política pública, o compromisso também ele vem de forma estruturada trabalhar realmente as iniciativas que estão acontecendo no território paulista. Então, foram ajustes que a gente fez também para poder ter um ecossistema olhando exatamente para o nosso estado, e trabalhar exatamente de forma estruturada, olhando para o Plano de Ação Climática, para o Plano de Adaptação e Resiliência Climática e esse ecossistema que a gente precisa caminhar junto para a gente alcançar um território mais resiliente.

**02:49:10 Naiana Lanza:** Obrigada, Carina. Também gostaria de fazer uma complementação a fala do Crepaldi. Aqui, agora com o chapeuzinho da assessoria de colegiadas, já divulgando que amanhã nós teremos a reunião do Conselho Estadual de Política Energética, que também será transmitido pelo YouTube da Secretaria, e um dos pontos de pauta é justamente o biometano e todo esse trabalho que tem sido desenvolvido pela Secretaria, inclusive esse estudo que a secretária citou da FIESP. Então fica o convite para quem também quiser conhecer um pouquinho mais sobre isso. Então, na sequência, eu vou passar para o último inscrito, o senhor Paulo Nelson Do Rego. Por favor, Paulo Nelson.

**02:49:56 Paulo do Rego:** Obrigado. Primeiro parabenizar pela apresentação. É um desafio gigantesco a gente falar em mudanças climáticas, e o primeiro ponto que eu trago para reflexão, até fazendo eco a outras falas anteriores, é justamente essa necessidade de integração em todos os níveis de governo, estadual, federal e municipal. Você não faz nada



sozinho, as coisas não acontecem no município, mas com políticas públicas definidas pelas outras esferas de governo, e isso é uma responsabilidade de quem está à frente do processo, e é um desafio realmente gigantesco. Eu entendo, assim, que é preciso muito valorizar a participação da sociedade civil. A gente sabe as limitações que o estado passa pelo número de funcionários, pelas pessoas dedicadas, apesar da competência das pessoas que estão, muitas vezes a gente tem grandes cabeças, grandes iniciativas que se perdem por falta de um... não é de abertura, porque eu acho que existe abertura sim, a gente tem tido bastante, mas assim, muitas vezes a gente precisa ter plataformas mais interativas para que a gente possa recepcionar com mais clareza e facilidade as propostas da sociedade civil. Eu entendo que tem condições que a gente tem participado em alguns fóruns de recursos, que são às vezes colocados sem a questão da contrapartida governamental, mas sim complementares, mas que pressupõe de uma governança, de uma certificação, de uma abertura de trazer os projetos com a seriedade necessária para que os recursos possam fluir para as diversas ações. A gente tem grandes benemerências, hoje a gente tem na própria USP uma discussão sobre a benemerência como uma cadeira institucional de estudo. O Marcos Quisio é uma das pessoas que lá toca e eu tenho participado muito dessa discussão, e a gente vê, pensar na benemerência como forma de agregar ao estado as atividades da sociedade civil. Então, acho que os planos de matrizes de transporte e habitação são fundamentais. A secretária trouxe aqui que existe já coisas muito incipientes desse [02:52:56 ininteligível] com a Tamoios, da duplicação de Caraguatatuba, Ubatuba. A gente vê muitas discussões de retomada da antiga Rio Santos como diretrizes. Então, fica até aqui uma sugestão de que o estado traga um Plano de Expansão para que possa colher informações antes de apresentar o projeto, porque quando você traz o projeto, você já traz uma, quer queira, quer não, positiva ou negativamente, já é uma visão segmentada. Quando a gente abre esse diálogo de uma forma mais interativa, a gente pode estar trazendo novas visões para o processo que podem ser extremamente importantes para melhorar os projetos. Uma outra questão que me faz sempre dentro dessa mesma linha, é justamente a busca das certificações. Nós vamos ter agora a COP discutindo, um dos temas que a gente tem desde a primeira COP é o financiamento, os créditos de biodiversidade, que nunca passaram por nenhuma das COPs como uma efetividade. E desde a primeira COP ele é um dos temas que estão colocados, e de uma importância gigantesca, de que você tenha o mundo pensando como trazer isso. São Paulo tem condições para levar temas dessa magnitude com uma forma de transformação que eu acho que é um alerta que a gente fala, não é crítica, não é nada, mas no sentido de trazer uma reflexão nesse sentido. E por fim, essa questão do biometano, que a gente tem uma atuação já há alguns anos acompanhando, e eu acho que ele passa por um regime de tributação mais adequado, ele passa por um projeto de logística de escoamento dele através de canalização, através de transporte mais efetivo, e de incentivo para que os geradores de resíduos possam realmente estar buscando. O Crepaldi colocou com muita propriedade. A maioria dos aterros sanitários a gente vê queimando metano e jogando fora energia, uma matriz que poderia estar contribuindo, e muito, para o nosso sistema como um todo. Então, trazer essas visões de estado para que possam as atividades serem melhor trabalhadas, a gente sonha com o lixo zero. Lixo zero pressupõe você ter instrumentos de coleta desses resíduos que todos nós geramos de uma forma efetiva que possam gerar dentro da economia circular uma atividade que seja transformadora. Então, são essas pequenas contribuições que eu trago aqui, no sentido de que a gente faça uma reflexão cada vez mais efetiva e esse tema não fique numa mera apresentação, que ele seja realmente uma mudança estrutural dentro do todo que a gente tem para fazer. Obrigado.



**02:56:20 Naiana Lanza:** Obrigada, conselheiro. Alguém gostaria de fazer algum comentário? Temos aqui um comentário adicional da conselheira Beatriz Caio, por favor.

**02:56:30 Beatriz Caio:** Olha, meu comentário aqui vai no sentido de responder um questionamento anterior colocado pelo próprio Paulo Do Rego. Ele tinha perguntado se as imagens mais com resolução, de alta resolução, já estavam disponíveis no Datageo. Eis que a gente checkou. Sim, as imagens datadas de 2023, 2024, já estão lá no Datageo com uma resolução de 25 centímetros. Então, se você for lá no campo imagens IGC, já é possível ter acesso às imagens solicitadas. É isso.

**02:57:08 Paulo do Rego:** Obrigado pelo esclarecimento.

**02:57:09 Naiana Lanza:** Bom, pessoal, agora eu gostaria só de pedir autorização para o plenário, porque a Carina fez a apresentação dela e estava previsto também a gente ter uma apresentação um pouco mais detalhada, assim, também não muito extensa, sobre o Summit, mas a Giselle, que é responsável pela assessoria de comunicação aqui da Secretaria, estava numa reunião e agora ela chegou, e está aqui disponível para fazer a apresentação para a gente. Então, eu convido a Gisele para falar mais um pouquinho do Summit, que é esse evento super importante, que a Secretaria está participando da organização. Obrigada Giselle.

**02:58:03 Gisele Garcia:** Oi, gente, bom dia. Eu vou só colocar o site aqui, porque eu acho que eu queria, assim, chamar todo mundo a acessar o site, que é o [agendaspmaisverde.org.br](https://agendaspmaisverde.org.br), que é o nosso hub de informações. Então, todo mundo que entrar lá já vai ver toda a programação, vai ver todas as diferentes áreas que a gente tem, as notícias, como é que a gente está evoluindo. Todos os dias tem novidades, então é bom acompanhar por lá. também já convidar vocês a seguirem também o nosso Instagram, @agendaspmaisverde, que também está trazendo ali diariamente todos os palestrantes, todas as atividades que a gente vai ter nesses dois dias desse grande movimento pelo desenvolvimento sustentável, que é nossa bandeira, o objetivo do nosso evento. Então aqui no site, pessoal, então eu tenho aqui, ó, 12 dias para o nosso Summit, então falta pouco. Queria convidar todo mundo a acessar aqui a área de ingressos para retirar o seu ingresso. Aqui, ó, como participar. Você entra, aqui tem um linkzinho, você vai ser conduzido para o Sympla, que é onde vocês, todos os convidados de vocês, vão poder retirar os ingressos para participar. Se não tiver o ingresso, não entra no evento, é importante fazer essa retirada antes. O evento é fechado, por uma questão de controle de público, segurança das pessoas que vão estar lá, é gratuito, não tem que pagar nada. Então, todo mundo tem que retirar o ingresso com antecedência. Não deixem de retirar porque está saindo rápido, a gente está tendo uma mobilização muito grande, então para que todos possam participar e se envolver, tá bom? Então, esse é o primeiro convite que eu faço para vocês, retirar o ingresso. E a gente tem aqui uma série de palestras e de palestrantes. Hoje a gente está com 300 palestrantes já confirmados, em cerca de 70 painéis, em quatro eixos temáticos, então, é uma multiplicidade de temas que a gente vai tratar nesse Summit super relevantes. Então, a gente tem painel sobre a parte de regeneração, de mercado de carbono. A gente tem um painel super legal sobre inteligência artificial com grandes multinacionais, inteligência artificial e sustentabilidade. A gente tem painéis sobre resiliência, sobre a questão da conexão do financiamento climático internacional, com as nossas ações e políticas aqui. É um evento que tem a participação de várias Secretarias, construído a várias mãos. Então, quando a gente

vai aqui em palcos, ó, em programação, a gente tem todos os palcos aqui, e aqui vocês acessam, olha a multiplicidade de palcos e de áreas que a gente tem. Então, a gente tem o palco principal, Economia Verde. A gente tem um espaço de inovação, que é conduzido pela Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação, integrando todos os nossos hubs de tecnologia, startups, as universidades, os distritos tecnológicos. Então eles vão estar lá trazendo muita coisa legal. A gente tem um espaço de gastronomia sustentável, onde a gente conectou vários restaurantes e vários projetos também numa pequena feira, que vai ter ali a presença dos nossos projetos, tanto dos projetos de PSAs, o pessoal indígena, quilombola, vai estar lá com os produtos deles, quanto também dos projetos da agricultura, da área de turismo e da área de cultura. Então, a gente vai ter uma feira, vamos ter os restaurantes e vamos ter workshops de gastronomia sustentável. Então, quem conhece a dona Laura, do Quilombo da Fazenda, do nosso PSA Jussara, ela vai estar lá fazendo um workshop sobre gastronomia sustentável, além de ser também uma das nossas palestrantes. Então, é um espaço super bacana. Finanças Verdes é um dos nossos palcos temáticos, justiça climática e sociobiodiversidade é outro. A gente tem o palco de resiliência e o futuro das cidades, e o hub de circularidade, que é um espaço só para falar de economia circular, que é assinado pelo movimento circular junto com a Solví, que é a patrocinadora, e o palco de transição energética e descarbonização. Então, é um evento gigantesco, com 20 mil metros quadrados, uma estrutura muito bacana, que tem uma participação enorme. E, para encerrar, eu quero só mostrar aqui todos os nossos apoiadores e patrocinadores, que é super importante, porque a gente tem entidades muito bacanas aqui, então além de todas essas empresas que foram parceiras e apoiaram esse projeto, a gente também tem entidades em todas as áreas, assim, desde a FIESP, UNICA, Abrainc, Secob, Biogás, as nossas vinculadas, ARCESP, Prefeitura de Campinas, The Nature Conservancy, CBEDs, Pacto global, Movimento Circular, União BR, Circular Brain. Então assim, muitas entidades engajadas e todas elas estarão lá trazendo alguma coisa. Então, convido todos vocês a participarem desse movimento, desse grande movimento pelo desenvolvimento sustentável, porque a gente enxerga como um momento em que a gente vai ter a oportunidade de se conectar, de debater para dar um novo salto no caminho do desenvolvimento sustentável do estado de São Paulo, dando exemplo pro Brasil. Então, acho que é isso, esse é o espírito. A gente vai ter rodada de negócios também, as inscrições já estão encerradas, mas vale dizer que a gente vai ter isso. Então é isso, agradecer o envolvimento e o engajamento de todos, várias carinhas que tão aqui, tão envolvidas nesse projeto, desde secretarias, departamentos, a gente tem a educação ambiental com o voluntariado, a gente tem o turismo, que eu estou vendo ali atrás com toda a participação também no projeto, trazendo os projetos deles com o stand, com tudo, participaram de todo esse processo, o IPA, enfim, todo mundo envolvido de alguma forma. Então, essa é uma entrega de todos nós. Então agradecer o apoio de todos vocês e pedir que ajudem a mobilizar público. O nosso desafio na reta final é que precisamos lotar esse evento para que a gente consiga passar essa mensagem para o máximo de pessoas possível. É isso. Obrigada.

**03:04:55 Naiana Lanza:** Muito obrigada, Gisele. Alguém tem alguma dúvida que gostaria de esclarecer com a Gisele aqui no plenário ou online? Vamos ver. Não. Bom, então, na verdade, podemos encerrar a nossa reunião. Jonatas, gostaria de fazer algum comentário de encerramento?

**03:05:13 Jônatas Trindade:** Só agradecer a participação de todos, e reforçar o convite para participação no Summit, que acho que vai ser um momento bastante oportuno de discussão

e de aproximação de agendas, e vai ser um evento muito rico. E agradecer a participação de todos nas apresentações, Defesa Civil, Assessoria de Mudanças Climáticas. Eu acho que tem sido um espaço bastante bom, o CONSEMA, desse debate, de aproximação das agendas, de entendimento do que a gente pode direcionar e melhorar nossa agenda ambiental. Então, agradecer todo mundo e bom retorno àqueles que vão retornar a fazer viagem agora. Obrigado, pessoal.